

RESOLUÇÃO Nº 068/2023-CEPE, DE 30 DE MARÇO DE 2023.

Aprova a alteração do Projeto Político-Pedagógico do curso de Pedagogia - Licenciatura, do *campus* de Cascavel.

O CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), em reunião ordinária realizada no dia 30 de março de 2023,

Considerando o contido no Processo nº 19.967.741-1, de 23 de janeiro de 2023.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar, conforme o anexo desta resolução, a alteração do Projeto Político-Pedagógico do curso de Pedagogia - Licenciatura, do Centro de Educação, Comunicação e Artes - CECA, do *campus* de Cascavel, aprovado pela Resolução nº 265/2016-CEPE, com implantação gradativa a partir do ano letivo de 2023.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor nesta data.

Cascavel, 30 de março de 2023.

ALEXANDRE ALMEIDA WEBBER
Presidente do Conselho de Ensino,
Pesquisa e Extensão

I – IDENTIFICAÇÃO

CURSO: Pedagogia	
CAMPUS: Cascavel	
CENTRO: Centro de Educação, Comunicação e Artes (CECA)	
NUMERO DE VAGAS: 40	TURNO: Matutino/Noturno
LOCAL DE OFERTA: Cascavel	
CARGA-HORARIA EM HORAS: 3.202 Horas	
MODALIDADE DE OFERTA	<input checked="" type="checkbox"/> PRESENCIAL
	<input type="checkbox"/> A DISTANCIA
GRAU DE CURSO	<input type="checkbox"/> BACHARELADO
	<input checked="" type="checkbox"/> LICENCIATURA
	<input type="checkbox"/> TECNOLOGICO
INTEGRALIZA AO	Tempo minimo: 4 anos
	Tempo máximo: 7 anos
COM ENFASE EM:	VAGAS:
COM HABILITAÇÃO EM:	VAGAS:
ANO DE IMPLANTAÇÃO: Ano Letivo de 2023	

II – LEGISLAÇÃO

DE AUTORIZAÇÃO E CRIAÇÃO DO CURSO (Resoluções COU/CEPE, Parecer CEE/PR, Resolução SETI e Decreto)
Resoluções COU/CEPE Autorização de Funcionamento: Decreto Federal nº 70.521/75; Lei Municipal nº 885/71 de 27/10/1971
DE RECONHECIMENTO E RENOVAÇÃO DE RECONHECIMENTO DO CURSO (Decreto, Resolução SETI, Parecer CEE/PR)
Parecer CEE nº 71/76 , de 29/01/1976 Decreto Federal nº 77.308/76 , de 17/03/1976 Decreto nº 1068/11 , de 13/04/2011 Parecer CEE nº 08/2016 , de 15/03/2016 favorável ao pedido de renovação de reconhecimento do curso de graduação de Pedagogia - Licenciatura Decreto Estadual nº 4585 , de 13/07/2016 que renova o reconhecimento pelo prazo de cinco anos. Portaria nº 220/2020-SETI , de 27/11/2020. DOE nº 10823 , de 02/12/2020 que renova o reconhecimento do curso pelo prazo de cinco anos, vencimento 13/04/2026. Parecer CEE/CES nº 149/20 , de 11/11/2020 favorável ao pedido de renovação de reconhecimento do curso de graduação em Pedagogia – Licenciatura, ofertado pela UNIOESTE, <i>campus</i> de Cascavel.
BÁSICA (Resolução e Parecer do CNE, do CEE e da Unioeste, as DCN"s do curso; e Legislação que regulamenta a profissão, quando for o caso)
Lei de Diretrizes e Bases nº 9394/96; Resolução CNS nº 466/12, de 12 de dezembro de 2012 , que aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos; Resolução nº 034/2000-COU, critérios para elaboração e a determinação do índice

de Atividade de Centro;

Parecer CNE/CP nº 009/2001, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena;

Parecer CNE/CP nº 21/2001, que dispõe sobre a Duração e carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena;

Parecer CNE/CP nº 27/2001, que dá nova redação ao item 3.6, alínea c, do **Parecer CNE/CP 9/2001**, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena;

Parecer CNE/CP nº 28/2001, que dá nova redação ao **Parecer CNE/CP 21/2001**, que estabelece a duração e a Carga-horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena;

Lei nº 10.224, de 15 de maio de 2001, introduziu no Código Penal a tipificação do crime de assédio sexual;

Resolução CNE/CP nº 01/2002, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena;

Resolução nº 028/2003-COU, aprova o Regimento Geral da UNIOESTE;

Resolução nº 1, de 17/06/2004, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;

Decreto nº 5.296/2004, Regulamenta as Leis: **10.048**, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e o **10.098**, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências;

Resolução nº 304/2004-CEPE, Regulamento Geral de Trabalho de Conclusão de Curso;

Decreto nº 5626/2005, que regulamenta a **Lei nº 10.436**, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da **Lei nº 10.098**, de 19 de dezembro de 2000;

Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Oferta de até 20% da Carga-horária total do curso na modalidade a distância nos cursos presenciais e reconhecidos em fase de regulamentação na UNIOESTE);

Resolução CNE/CP nº 1, de 15 maio de 2006. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura;

Deliberação CEE nº 04/2006, de 02/08/2006, que institui normas complementares às Diretrizes Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;

Deliberação CEE nº 07/2006, de 10/11/2006, de inclusão dos conteúdos de História do Paraná no currículo da Educação Básica;

Lei nº 12.250, de 9 de fevereiro de 2006. Veda o assédio moral no âmbito da

administração pública estadual direta, indireta e fundações públicas;
Resolução CNE/CES nº 250/2021-CEPE e Parecer CNE/CES nº 261/2007 que dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula, e dá outras providências;
Resolução 250/2021, Regulamento Geral de Estágio Supervisionado dos Cursos de Graduação;
Deliberação nº 02/2009-CEE estabelece normas para a organização e a realização de Estágio obrigatório e não obrigatório na Educação Superior [...];
Resolução nº 317/2011-CEPE, institui o Núcleo Docente Estruturante (NDE), nos cursos de graduação;
Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e **Decreto nº 4.281** de 25 de junho de 2002.
Resolução CNE/CES nº 2, de 15 de junho de 2012. Há integração da educação ambiental às disciplinas do curso de modo transversal, contínuo e permanente;
Deliberação nº 04/2013-CEE estabelece normas para a Educação Ambiental no Sistema Estadual de Ensino do Paraná, com fundamento na **Lei Federal nº 9795/1999**;
Lei Estadual nº 17.505/2013 e Resolução CNE/CP nº 02/2012;
Resolução nº 138/2014-CEPE, aprova as diretrizes para o ensino de graduação da UNIOESTE, revoga a **Resolução nº 287/2008-CEPE**;
Lei nº 13.185, de 6 de novembro de 2015 – Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying);
Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência);
Resolução nº 093/2016-CEPE, que regulamenta o Sistema de Gestão Acadêmica – Academus, dos cursos de graduação da UNIOESTE;
Resolução nº 095/2016-CEPE, que aprova os turnos de oferta, o horário de funcionamento, a duração da aula e define o trabalho discente efetivo nos cursos de graduação da UNIOESTE;
Resolução nº 097/2016-CEPE, que aprova o regulamento da oferta de disciplinas nos cursos de graduação da UNIOESTE;
Resolução nº 098/2016-CEPE, que aprova o regulamento para a oferta de atividades na modalidade de educação à distância nos cursos presenciais de graduação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná;
Resolução nº 099/2016-CEPE, que aprova o regulamento de Atividades Acadêmicas Complementares;
Resolução nº 100/2016-CEPE, que aprova Regulamento do Aproveitamento de Estudos e de Equivalência de Disciplinas nos Cursos de Graduação, na UNIOESTE;
Resolução nº 101/2016-CEPE, que aprova o Regulamento de Avaliação da Aprendizagem, Segunda Chamada de Avaliação e Revisão de Avaliação;
Resolução nº 102/2016-CEPE, que aprova o Regulamento de Elaboração e Alteração de Projeto Político-Pedagógico de Curso de Graduação na UNIOESTE;
Resolução nº 085/2021-CEPE que aprova o regulamento das atividades acadêmicas de extensão na forma de componentes curriculares para os cursos de graduação, na modalidade presencial e a distância, da Unioeste;
Resolução nº 194/2021-CEPE, que aprova o regulamento de elaboração e alteração de Projeto Político Pedagógico de Curso de Graduação na UNIOESTE;

Resolução nº 098/2022-CEPE, que aprova a alteração parcial da **Resolução nº 194/2021-CEPE**, que aprovou o Regulamento de Elaboração e Alteração do Projeto Político Pedagógico dos cursos de graduação da UNIOESTE;
Resolução nº 142/2022-CEPE, que regulamenta a carga-horária total máxima dos Projetos Político Pedagógicos dos cursos de graduação presenciais da UNIOESTE.

III — ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

JUSTIFICATIVA:

Considerando o histórico deste curso, bem como a inserção dos egressos no mercado de trabalho e na pós-graduação, podemos afirmar que inúmeras são as qualidades do processo formativo ofertado. Assim, a manutenção da maior parte da estrutura teórica e metodológica do curso é justificada e acrescida de reflexões e ações que promovam a discussão e o trabalho com temáticas mais recentes e prioritárias como são as questões que envolvem os Direitos Humanos; as questões de Meio Ambiente; a preocupação com o ensino de história que trabalhe com a Etnica Racial, assim como os direitos a Acessibilidade que não devem ficar somente no plano discursivo, mas em íntima parceria com projetos e ações do Programa de Educação Especial da Unioeste, o que envolve também o trabalho com a segunda língua brasileira, a Libras.

Entretanto, tal como em outras instituições de ensino superior, vivemos um momento em que os altos índices de evasão são uma realidade preocupante. A evasão no ensino superior é uma temática bastante complexa, sendo inúmeras variáveis que interferem na permanência dos estudantes na Universidade. Pesquisas (MONTEIRO, 2019); (RELATÓRIO DA COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDOS SOBRE EVASÃO NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 1996); (GIOLLI, 2016) sobre a temática revelam que existem causas externas e internas à Instituição. Tais causas de ordem externa estão relacionadas a situações como: falta de motivação, problemas de saúde, distância da família, formação básica insuficiente para acompanhar um curso superior, dificuldades financeiras e em decorrência problemas com transporte, alimentação e moradia, bem como a relação professor e aluno. Já as causas internas da instituição os relatos revelam: ausência de programas institucionais sociais e esportivos e de programas de apoio com bolsas, ou seja, ausência de uma política de assistência estudantil, distanciamento da universidade com a educação básica.

As pesquisas também indicam que questões internas estão relacionadas a forma como a universidade entende o fenômeno da evasão. De acordo com Paredes (1994, p. 24), “constatamos que o fenômeno da evasão nos cursos é muito maior do que a percepção geral que dela se tem”. As IEs, na maioria das vezes, tendem a considerar o fenômeno da evasão como normal. Entretanto, para além da aparência que os números expressam, existe uma história constituída a partir de fatores externos e internos, conforme mencionado anteriormente.

Com relação à evasão dos acadêmicos nos cursos de graduação da Unioeste, Monteiro (2019) afirma que o “índice de evasão da Unioeste, no período de 2003 a 2011, de acordo com a metodologia da CEEEUP/MEC, foi de 36,5% e, no Campus de Cascavel, foi de 30%. Com base no recorte temporal desse estudo, 2012 a 2016, o índice de evasão médio, do *Campus* de Cascavel, foi de 39%” (2019, p. 23).

O curso de Pedagogia na Unioeste, historicamente, não apresentou um índice de

evasão que implicasse grandes preocupações, ou seja, sempre ou quase sempre esteve dentro da média nacional. Porém, com a pandemia do Covid-19 e com a necessidade do distanciamento social, bem como a incompatibilidade entre a vida acadêmica e as exigências de ingresso no mundo do trabalho, esse índice teve um aumento significativo.

O ensino remoto e todos os esforços da instituição em atender os acadêmicos cedendo aparelhos e pacotes de internet, parece não ter sido suficiente para conter a desistência dos acadêmicos do curso de Pedagogia nesse período.

Compreende-se que o fenômeno da evasão é multifatorial e suas causas estão relacionadas a aspectos sociais, econômicos e culturais sem, contudo, desconsiderar as derivadas de fatores internos à instituição e ao próprio curso.

Portanto, neste momento em que o curso passa por um processo de avaliação e revisão no Projeto Político Pedagógico, é necessário compreender os números da evasão e suas causas para que, por meio da análise numérica e de sua multideterminação, possamos estabelecer neste projeto um conjunto de ações que venham ao encontro da permanência dos acadêmicos.

No entanto, em 2020 e 2021, considerando o impacto da pandemia do Covid-19 e a necessidade de retomar as atividades acadêmicas pelo sistema do ensino remoto, percebe-se que os índices de matrícula se alteram, o que consequentemente impactará negativamente nos números de concluintes. Das 40 vagas ofertadas no período matutino apenas 28 alunos se matricularam. Isto significa que, em 2021, o número de matriculados reduziu em 30%. Este índice coloca o curso a pensar nos fatores internos que possam motivar a permanência dos alunos.

Compreende-se a necessidade de ações institucionais desde o momento da divulgação das vagas para o vestibular ou novas formas de ingresso, até as ações de acolhimento, principalmente para os ingressantes. Também existem os fatores externos, como já apontou as pesquisas, a não motivação para cursar a licenciatura é um fato ligado a desvalorização do professor na sociedade.

Gioli (2016), em estudos sobre o REUNI e o desempenho, permanência e evasão nas Instituições Federais, afirma que nos anos de 1970, o principal motivo da saída de um aluno de um curso era ter sido aprovado em vestibular em outro curso. Outro fator significativo naquele momento era a reprovação em disciplinas nos quatro primeiros semestres de curso. Nas décadas de 1980 e 1990, estudos indicam que reprovações são fatores essenciais de evasão de cursos superiores públicos.

Para amenizar a situação de evasão que tem indicação de causa, a reprovação, Cunha, Tunes e Silva (2001) indicam:

[...] revisão curricular, mudança na metodologia do ensino e implementação de um sistema eficaz de orientação acadêmica ao aluno, além da indicação de abertura de novas frentes de estudos visando a identificar outros fatores correlacionados à evasão e a dimensionar o seu papel e suas interligações (2001, p. 263).

Sobre distanciamento da universidade com relação a educação básica, um dos motivos que contribuem para a evasão de estudantes da universidade, consideremos importante que a instituição de educação superior desenvolva políticas de assistência

estudantil a fim de promover o “pertencimento” do estudante aos espaços e nas atividades promovidas pela universidade, assim como políticas de apoio pedagógico com finalidade de contribuir com o processo de transição do ensino médio para educação superior, da mesma forma, as políticas institucionais devem considerar os sujeitos que concluíram a educação básica e não ingressaram imediatamente na educação superior, logo, precisam do apoio pedagógico para retomar os estudos e compreender a dinâmica acadêmica.

Tratando-se das ações do curso de Pedagogia, além da articulação com as políticas institucionais (que devem ser criadas, ampliadas e efetivadas pelas instâncias competentes), o corpo docente do curso de Pedagogia, em especial, no primeiro ano desse curso, pode contribuir com ações que promovem a permanência do estudante, ao considerar no seu plano de ensino e na ação docente, alguns encaminhamentos para atender as demandas pedagógicas dos estudantes ingressantes no curso, pois alguns estudos tem demonstrado que “dentro da perspectiva dos alunos, possibilidades reais de mudança na metodologia de ensino e de melhorias na estrutura dos cursos seriam razões importantes para a permanência nos mesmos” (LOTUFO *et al.*, 1998 *apud* BARGAGI; HUTZ, 2005, p. 289).

As metodologias de aulas podem proporcionar aos estudantes diferentes formas para expressarem suas compreensões e/ou dúvidas sobre o conteúdo; modalidades de avaliação variadas e com possibilidade de refazê-las em situações que ainda demandam apropriação do conteúdo por parte da turma; contribuições de todos os docentes com relação aos processos de leitura e interpretação dos textos científicos, as formas de escrita (normas e modalidades) e exposição de ideias e conteúdos por meio da oralidade (debates, seminários entre outras possibilidades).

Contudo, consideramos importante que os docentes, em especial, do primeiro ano do curso, considerem as especificidades e demandas pedagógicas dos sujeitos que estão em transição da educação básica para a educação superior e daqueles sujeitos que interromperam sua trajetória escolar e que retornam às atividades acadêmicas por meio do ingresso na universidade.

E preciso pensar também nos acadêmicos que ingressam depois do início do calendário letivo. O curso precisa propor acompanhamento pedagógico destes acadêmicos. Este acompanhamento deve ser realizado numa ação entre professor e coordenador do curso, os quais devem fazer um planejamento de recuperação dos conteúdos trabalhados anteriormente.

Além da preocupação com a evasão, o processo de reformulação levou em consideração as sugestões materializadas em documentos produzidos pelos discente e docentes.

Em 24 a 26 de agosto de 2021, a gestão do CA “Ousar Lutar, Querer Vencer Juntos!” Organizou um momento de debate sobre a “conjuntura vivida pelo curso de pedagogia considerando o cenário atual, em especial referente ao impacto da **Resolução CNE/CP 002/2019**, a qual define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial de professores para a educação básica e institui a BNC-Formação” (CAPED, 2021), dentre vários assuntos trouxeram a baila a defesa da currícularização da extensão universitária, bem como o aprofundamento da formação com a implementação de disciplinas voltadas especificamente para os direitos humanos, a

educação popular, a educação de jovens e adultos, as tecnologias e a arte como complemento a formação já desenvolvida pelo curso por entenderem que essas são cruciais para a contemporaneidade.

Em outro momento de discussão coletiva, o CA da gestão “RETOMADA DE LUTA GESTÃO 2022/2023”, encaminhou uma carta aberta, trazendo algumas sugestões e necessidades, as quais reproduzimos na íntegra:

I O Colegiado de Pedagogia deve apresentar garantias objetivas para que o conjunto dos estudantes participe da construção do PPP do curso com a flexibilidade do tempo e do espaço de modo a garantir a inclusão da amplitude dos estudantes do nosso curso;

II- O Colegiado de Pedagogia deve organizar uma Assembleia Geral do curso em horário de aula, respeitando os turnos de matrícula de cada um dos estudantes, com prévia organização de tempo para que a proposta da minuta seja submetida à consulta pública, com garantia de submissão anterior ao período da assembleia, de propostas de inclusões, exclusões e modificações do texto da minuta a serem defendidos e encaminhados por meio de votação na assembleia;

III- A minuta a ser apresentada pelo Colegiado de Pedagogia deve incluir as disciplinas de: Ensino de Arte e Corpo, Movimento e Educação na nova grade curricular do curso; IV- A disciplina de Teoria e Prática do Ensino de História e Geografia deve ser desmembrada em duas disciplinas, passando a serem organizadas como Ensino de História e Ensino de Geografia;

V- Todas as disciplinas com carga horária de 102 horas anuais devem passar por uma readequação, sendo expandidas para 136 ou suprimidas para 68 horas;

VI- O Estágio Supervisionado sob a forma de Prática de Ensino é uma disciplina que urgentemente deve ser reestruturada, reconhecendo a dívida histórica com o conjunto dos estudantes que não moram no território de Cascavel e que necessitam vender sua força de trabalho para sobreviver. Deste modo, propomos que das 136 horas anuais da disciplina, 68 horas sejam aplicadas no turno da matrícula dos estudantes, aplicando somente em turno contrário ao da matrícula as atividades práticas essenciais e não possam ser desenvolvidas no turno de origem;

VII- O Colegiado de Pedagogia não deve mais utilizar o sábado como dia letivo, sendo está uma proposta que prejudica os acadêmicos;

VIII- O Colegiado de Pedagogia deve criar uma disciplina ou organizar uma atividade introdutória multidisciplinar que trabalhe com os acadêmicos do primeiro ano a organização do curso, o PPP, bem como sua estrutura administrativa e pedagógica(CAPED, 2022/2023).

No ano de 2022, foram realizados dois eventos de suma importância para a construção coletiva das alterações, a Semana Acadêmica de Pedagogia – “Direitos Humanos e Permanência 2022” e o Seminário de Prática de Ensino – “A Prática de Ensino como articuladora da formação docente”, resultando no documento nominado “Memória do I Fórum do Curso de Pedagogia” (CAPED, 2022), momento coletivo que docentes e discentes expuseram as sugestões, problemas, e necessidades para a melhoria do curso.

Outro aspecto foi adequação à **Resolução nº 85/2021-CEPE** que aprova o regulamento das atividades acadêmicas de extensão na forma de componentes curriculares para os cursos de graduação, na modalidade presencial e a distância, da Unioeste e **Resolução nº 194/2021-CEPE**, que aprova o regulamento de elaboração e alteração de Projeto Político Pedagógico de Curso de Graduação na UNIOESTE.

Num esforço coletivo, coordenado a fim de atender as necessidades pedagógicas de formação, bem como as deliberações legais: **CEE/PR/CP nº 4/2021** de 21 de maio de 2021 que instui Diretrizes Curriculares Complementares do Ensino Médio, **Resolução SEED/PR nº 3416** - 06 de agosto de 2021 que Homologa a **Deliberação nº 04/2021**, do Conselho Estadual de Educação, que institui as Diretrizes Curriculares Complementares do Ensino Médio e o Referencial Curricular para o Ensino Médio do Paraná que substitui a **Resolução CNE/CEB nº 2** de 30 de janeiro de 2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio Quanto às Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais; para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, nos termos da **Lei nº 9.394/96**, com a redação dada pelas **Leis nº 10.639/2003** e **nº 11.645/2008**, **Deliberação CEE/PR nº 04/06**, e da **Resolução CNE/CP nº 1/2004**, fundamentada no **Parecer CNE/CP nº 3/2004**, contemplado nas disciplinas de Filosofia e Sociologia da Educação conforme consta no plano de ensino; **CF/88, Art. 205, 206 e 208**, na **NBR 9050/2004**, da ABNT, nas **Leis nº 10.048/2000**, **nº 10.098/2000**, nos **Decretos nº 5.296/2004**, **nº 6.949/2009**, **nº 7.611/2011** e na **Portaria nº 3.284/2003**, que supõe cessibilidade pressupõe a eliminação de barreiras arquitetônicas, pedagógicas, conforme orientações do PEE. **Decreto nº 5.626/2005**, que institui a disciplina de Libras como obrigatória; Nas Políticas de Educação Ambiental, **Lei nº 9.795**, de 27 de abril de 1999 e **Decreto nº 4.281**, de 25 de junho de 2002. **Deliberação CEE/PR nº 4**, de 12 de novembro de 2013 - Normas estaduais para a Educação Ambiental no Sistema Estadual de Ensino do Paraná, com fundamento na **Lei Federal nº 9.795/1999**, **Lei Estadual nº 17.505/2013** e **Resolução CNE/CP nº 02/2012**, atendido de forma transversal em Filosofia, Sociologia, Estágio Supervisionado como Prática de Ensino I, II e III e em atividades complementares em forma de projetos de extensão de ensino; Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (**Parecer CNE/CP nº 8**, de 06 de março de 2012; **Resolução CNE/CP nº 1**, de 30 de maio de 2012, **Deliberação nº 02/2015-CEE/PR**), contemplados nas disciplinas de Sociologia, História da Educação, Políticas Educacionais, além de projetos transversais de extensão e ensino; Quanto a Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (**Lei nº 12.764**, de 27 de dezembro de 2012), destacamos o trabalho do **Programa de Educação Especial – PEE** da Unioeste atende pessoas com deficiência no acompanhamento e permanência

nos cursos de graduação e as disciplinas de Psicologia e Psicologia da Educação; **Resolução CNS nº 466**, de 12 de dezembro de 2012 que aprova as diretrizes e **normas regulamentadoras de pesquisas** envolvendo seres humanos, conforme deliberações do Comitê de Ética da instituição que é responsável pelo acompanhamento e avaliação de pesquisas envolvendo seres humanos. nestes termos apresentamos as alterações deliberadas de forma coletiva e aprovadas em assembleia para o curso de Pedagogia:

- As disciplinas de História da Educação I (136 h/a) e Psicologia da Educação I (136 h/a) terão carga-horária reduzida para 68 horas/aulas;

- A disciplina de Psicologia da Educação II terá aumento da carga-horária totalizando 136 h/a;

- As disciplinas de Política Educacional I (136 h/a) e II (68h/a), foram reorganizadas passando a ter 68 h/a cada, com alteração nas ementas e ambas alocadas no 4 ano;

- A disciplina de Trabalho e Educação foi suprimida e seus conteúdos foram considerados nas demais disciplinas da área de políticas;

- A disciplina de Teoria das Organizações e Gestão Escolar–TOGE, foi reorganizada em duas disciplinas: Fundamentos da Gestão Educacional e Gestão Escolar com 68 h/a cada, e ambas no primeiro ano;

- A disciplina Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (68 h/a) foi deslocada no quadro de horário para o sábado, tendo em vista que a orientação poderá ser realizada conforme o horário disponível e em comum acordo entre professor/aluno, garantindo o processo individual de orientação;

- O conteúdo da disciplina de Fundamentos Didático-Pedagógicos II (102 h/a) será incorporado pelas disciplinas da área dos Fundamentos metodológicos e das Práticas de Ensino, principalmente a II e III;

- A carga-horária da disciplina de Estágio supervisionado sob a forma de Prática de Ensino I (136 h/a), II (136 h/a) e III (136 h/a) será realizada 50% em horário da aula e 50% em contraturno;

- Foram criadas a disciplina de Corpo, Movimento e Educação (68 h/a) e Ensino de Artes (68 h/a);

- A disciplina de Teoria e Prática do Ensino de História/ Geografia (102 h/a) foi desmembrada em Ensino de História (68 h/a) e Ensino de Geografia (68 h/a);

- Do total da carga-horária do curso, 10% será destinado à curricularização da extensão, conforme legislação específica estando distribuídas em todos a grade curricular do curso;

- A Disciplina de Fundamentos Didáticos Pedagógicos teve sua nomenclatura alterada para: Didática e Teorias Pedagógicas; Houve também a mudança na nomenclatura das disciplinas de: Teoria e Prática do Ensino de Língua Portuguesa; Teoria e Prática do Ensino de Ciências; Teoria e Prática do Ensino de História; Teoria e Prática do Ensino de Geografia; Teoria e Prática do Ensino da Educação Matemática, para, respectivamente: Ensino de Língua Portuguesa; Ensino de Ciências; Ensino de História; Ensino de Geografia e Ensino da Matemática.

HISTORICO:

O Curso de Pedagogia da Unioeste foi o primeiro curso, desta instituição, a ser reconhecido oficialmente pelo Conselho Federal de Educação, através do **Decreto de**

nº 77.308/76, de 17 de março de 1976. Por um longo período, até 1996, esteve organizado de forma fragmentada, habilitando para o exercício do Magistério das disciplinas pedagógicas de 2º grau, Orientação Educacional e Administração Escolar. Entretanto, havia um entendimento de que esta formação já não mais se apresentava como atendendo plenamente uma formação teórica, orientada para as dimensões da organização e da atividade escolar de forma integrada, articulada e indissociada. Foi nessa direção que se processou uma primeira reestruturação do Curso de Pedagogia da Unioeste em 1997.

Quando se reestruturava o Curso de Pedagogia, naquele ano, tinha-se consciência de que estava sendo realizado um significativo avanço em relação ao PPP anterior. Entretanto, também se tinha clareza de que, por melhor que fosse a nova proposta, em decorrência da dinâmica social que está sempre em transformação, o PPP logo revelaria suas lacunas e contingências. Por isso, foi realizado um processo de avaliação constante, tendo em vista o aprimoramento do PPP e do curso. Com o acúmulo de discussões resultantes deste processo de avaliações, somado às exigências do CNE (Conselho Nacional de Educação) de reformulação dos cursos de licenciatura, conforme a **LDB 9394/96**, fez-se necessário repensar o PPP. Os PPPs anteriores são expressões históricas da construção do curso de Pedagogia e expressam uma resposta social adequada à situação histórica do momento em que foram elaborados coletivamente, com alcances e limites específicos, incluindo adequação às exigências legais vigentes.

No ano de 2000, em decorrência do processo de avaliação contínua do PPP e diante de exigência legal que regulamentou a Prática de Ensino, nos cursos de Licenciatura (**Resolução 02 CNE/CP**, de 19 de fevereiro de 2002), o Colegiado de Pedagogia retomou discussões sobre o PPP, reunindo-se, ora de forma coletiva, ora em comissões, para tratar dos fundamentos teórico-metodológicos e dos desdobramentos práticos e políticos do projeto que fora implantado em 1997, considerando nesse processo o acúmulo de avaliações.

Além da necessidade constante de reavaliar o PPP, naquele momento novos elementos foram surgindo e instigando a necessidade de realização de uma reestruturação. Dentre eles, destacamos as avaliações realizadas constantemente pelos professores e alunos do curso, a inserção de novos docentes no Colegiado, as mudanças socioeconômicas e a exigência de adequação à legislação educacional. Ou seja, além de ser uma exigência da realidade social, uma exigência dos professores, dos alunos e da comunidade diretamente envolvida, a reavaliação do PPP foi motivada, principalmente, por questões de ordem legal, como a **LDB 9394/96**, em seus artigos 62, 64 e 87. A **LDB 9394/96** no seu artigo 62, assim se refere à exigência acadêmica no tocante:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em Universidades e Institutos Superiores de Educação, admitida como formação mínima para o exercício do magistério na Educação Infantil e nas quatro séries do Ensino Fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade normal (MEC, 1996, p. 67-68).

No que se refere especificamente ao curso de Pedagogia o artigo 64 orienta que:

A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantindo, nesta formação, a base comum nacional (MEC, 1996, p. 67-68).

Nessa mesma direção tem-se o artigo 87, **LDB 9.394/96**, das Disposições Transitórias, que determina:

Instituída a Década da Educação, a iniciar-se um ano a partir da publicação desta Lei.

§ 4º Até o fim da Década da Educação somente serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço.

A mesma Lei suscita a discussão nacional acerca do curso de Pedagogia, por trazer duas proposições no tocante à formação do professor da Educação Básica: por um lado, atende a reivindicação histórica da formação em nível superior, de outro, não privilegia a universidade como local desta formação, possibilitando condições legais para a criação dos Institutos Superiores de Educação.

Diante do curso de Pedagogia a legislação direciona sua função à formação do técnico em educação. A formação do docente não é legalmente retirada do curso, no entanto, em outros documentos oficiais a preferência é do Instituto Superior de Educação como instituição responsável pela oferta de cursos, dentre estes, do Curso Normal Superior. Assim, em nível nacional o debate em torno do curso se intensifica em face de antagônicas posições. O movimento dos educadores ratifica a universidade como *locus* de formação do professor e a identidade de todo profissional da educação como sendo a docência, enquanto os empresários da educação e as políticas oficiais cindem a formação do Pedagogo entre a docência e a organização do trabalho pedagógico.

A partir desse quadro, o processo de reestruturação do curso de Pedagogia esteve sempre orientado pela perspectiva de não romper com os princípios defendidos pelo movimento dos educadores, pelo contrário, sempre reafirmou a formação do docente da Educação Infantil e dos Anos/Séries Iniciais do Ensino Fundamental, bem como da formação do pedagogo enquanto articulador do trabalho pedagógico. Dessa forma, apesar das orientações legais e dos objetivos implícitos nas políticas oficiais voltadas à educação, o curso de Pedagogia da Unioeste, usufruindo da autonomia didática pelo *status* de ser Universidade e pelo compromisso acadêmico e político do Colegiado, permanecerá formando o profissional da educação numa perspectiva articulada de organização do trabalho pedagógico para atuar tanto na docência, quanto

nas funções de Orientação Educacional, Administração Escolar, Supervisão Escolar e Coordenação Pedagógica.

Essa postura é defendida a partir de uma série de atividades, objetivando avaliar o projeto em curso, a saber:

Em 1995, período que antecedeu a primeira reestruturação do Curso de Pedagogia, foi realizada uma pesquisa com egressos do curso, cujo resultado serviu de parâmetro para orientações nos grupos de trabalho que discutiam os encaminhamentos daquela reestruturação;

Em 1998 e 1999 foram realizadas a XIII e a XIV Semana de Educação;

A partir de 1999, o Colegiado de Pedagogia deu início às avaliações por disciplina e por série com a participação de acadêmicos e docentes. Também, encontros foram realizados por áreas temáticas e por disciplinas, entre os professores;

A partir de 1999, o curso iniciou a realização dos Seminários de Prática de Ensino;

Em 2000, foi realizada uma pesquisa com os docentes do curso, intitulada “A percepção dos professores sobre a implementação do novo Projeto Político-Pedagógico do curso de Pedagogia”;

A realização dessas atividades esteve pautada em contribuições advindas de eventos e/ou encontros. Embora esses eventos tivessem como objeto áreas e/ou disciplinas específicas, contribuíram significativamente para a discussão sobre a concepção, objetivos e perfil profissional formado pelo curso de Pedagogia. Tais eventos estão relacionados abaixo:

XVI Semana da Educação, com a temática “A docência no processo de formação do pedagogo” (2003);

V Seminário de Prática de Ensino “Teoria e Prática Educacional: desafios da docência na atualidade” (2003);

VI Seminário de Prática de Ensino “Profissionais da Educação: formação, concepções, impasses e perspectivas” (2004);

Encontro dos professores do curso de Pedagogia, para discussão teórica acerca do conceito de docência;

Realização da Pesquisa “Atuação profissional do pedagogo: a relação de saberes acadêmicos e saberes profissionais”, realizada pelo Grupo de Pesquisa Aprendizagem e Ação Docente.

Estes eventos objetivavam um repensar permanente e contínuo da formação deste profissional da educação, sinalizando para a manutenção dos fundamentos princípios e norteadores do PPP, conforme a reestruturação ocorrida em 1998 e, posteriormente, em nova estruturação ocorrida em 2005. atual proposta não apresenta alteração substancial em A sua grade, e sim, uma adequação às exigências de caráter legal dos documentos: **Parecer n° 03/2006** e **Resolução CNE/CP n° 1**, de 15 de maio de 2006. Assim, no entender do colegiado, não houve justificativas necessárias e substancialmente diferenciada.

No ano de 2016 o *Núcleo Docente Estruturante* (NDE), pautado na **Resolução 02/2015-CNE**, e nos apelos da comunidade acadêmica propõe ao Colegiado do Curso alterações iniciadas pela grade curricular. Devido ao pouco tempo disponível para os debates, a proposta inicial sofreu alterações, indicando a necessidade de maior

aprofundamento das discussões através de agenda programada para o segundo semestre de 2016 e 2017. Entretanto, as exigências legais foram acolhidas e constituem-se basicamente na alteração do Estágio Supervisionado sob a forma de Prática de Ensino I e adequações da grade de horários semanais. As alterações ocorreram na Carga-horária do Estágio Supervisionado sob a Forma de Prática de Ensino I que passa a ter 136 horas com orientação direta e em contra turno com foco na gestão escolar. Estágio Supervisionado sob a Forma de Prática de Ensino II e III, também passam para o contra turno do Curso. Das 136 horas de cada uma das Disciplinas de Estágio Supervisionado sob a Forma de Prática de Ensino, 34 horas ficam alocadas na grade semanal de forma concentrada aos sábados podendo ser organizados encontros mensais para integração dos grupos de discentes e docentes orientadores e as coordenações, objetivando um espaço coletivo de trocas de experiências, organização e normas referentes as atividades de Estágio. Com a ampliação da Carga-horária do Estágio Supervisionado sob a Forma de Prática de Ensino I e a orientação de foco para a gestão percebeu-se a necessidade de alteração da Disciplina de Organização do Trabalho Pedagógico (OTP), do terceiro ano para o segundo ano do curso como forma de melhor aproveitamento desta disciplina. Outra mudança necessária foi o deslocamento da disciplina de Libras que passa para o quarto ano do Curso, dando lugar na grade semanal para OTP e a disciplina de Estado e Organização Escolar (EOE), do segundo ano passa para o terceiro ano no lugar de OTP, cedendo lugar para parte da disciplina que estava alocada no sábado. Nestes termos, as mudanças objetivaram atender ao conjunto de legislações e as demandas da comunidade acadêmica de forma a cumprir com suas prerrogativas.

Naquele momento, também houve o atendimento às Diretrizes Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, nos termos da **Lei nº 9.394/96**, com a redação dada pelas **Leis nº 10.639/2003** e **nº 11.645/2008**, e da **Resolução CNE/CP nº 1/2004**, fundamentada no **Parecer CNE/CP nº 3/2004**, são temas que perpassam as disciplinas de História da Educação I e II, Sociologia e Sociologia da Educação, Filosofia e Filosofia da Educação, bem como os eventos promovidos pelo Colegiado, tais como: semanas acadêmicas, palestras, atividades de extensão. Quanto as Condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, conforme disposto na **CF/88**, art. 205, 206 e 208, na **NBR 9050/2004**, da ABNT, na **Lei nº 10.098/2000**, nos **Decretos nº 5.296/2004; nº 6.949/2009; nº 7.611/2011** e na **Portaria nº 3.284/2003**, as instalações da Instituição são adequadas, contando com elevador, rampas e mobiliários nos diversos setores que atendem a demanda do Curso de Pedagogia. O setor de transporte urbano da cidade atende ao mínimo necessário a locomoção de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, ainda que as condições não sejam as ideais, possibilitam o acesso de pessoas com deficiência. Na questão da abordagem de conteúdos e materiais didáticos adaptados à pessoa com deficiência a Universidade por meio do Programa de Educação Especial – PEE atende pessoas com deficiência no acompanhamento e permanência nos cursos de graduação, através de profissionais qualificados, com intérpretes, leitores, transcritores, preparação de materiais didáticos-pedagógico para o acompanhamento dos acadêmicos e docentes. Para atender as Políticas de Educação Ambiental **Lei nº 9.795**, de 27 de abril de 1999 e **Decreto nº 4.281**, de 25 de junho de

2002. **Deliberação CEE/PR nº4**, de 12 de novembro de 2013 - Normas estaduais para a Educação Ambiental no Sistema Estadual de Ensino do Paraná, com fundamento na **Lei Federal nº 9.795/1999**, **Lei Estadual nº 17.505/2013** e **Resolução CNE/CP nº 02/2012**, o curso oferece conteúdos específicos nas disciplinas de Teoria e Prática do Ensino de História e Geografia e Teoria e Prática do Ensino de Ciências, além de serem componentes de atividades extracurriculares como palestras, cursos de extensão e oficinas ofertadas pelo Colegiado através dos grupos de pesquisa, além do Campus de Cascavel contar com uma estrutura de coleta e destinação de resíduos compondo o dia a dia dos acadêmicos e professores de forma a contribuir com a formação integral do acadêmico. Para as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (**Parecer CNE/CP nº 8**, de 06 de março de 2012; **Resolução CNE/CP nº 1**, de 30 de maio de 2012), o curso definiu que os Direitos Humanos se constituem como tema transversal, além de ser parte integrante das problemáticas abordadas em eventos da área de educação promovidos pelo colegiados. Nestes termos, as alterações atenderam a legislação e as necessidades emergentes da comunidade acadêmica. Aquela reestruturação constituiu-se na primeira parte do processo que compôs agenda para o segundo semestre de 2016 e 2017 que objetivou novas análises e debates sobre o curso, visando aprofundar as discussões sobre propostas de alterações.

No ano de 2022, documentos produzidos pelo Centro Acadêmico, pelos eventos: a Semana Acadêmica de Pedagogia – “Direitos Humanos e Permanência 2022” e o Seminário de Prática de Ensino – “A Prática de Ensino como articuladora da formação docente”, bem como a **Resolução nº 85/2021-CEPE** que aprova o regulamento das atividades acadêmicas de extensão na forma de componentes curriculares para os cursos de graduação, na modalidade presencial e a distância, da Unioeste e a **Resolução nº 194/2021-CEPE**, que aprova o regulamento de elaboração e alteração de Projeto Político Pedagógico de Curso de Graduação na UNIOESTE e o acúmulo de experiências mobilizou novas reformulações no PPP do curso coordenadas pelo NDE.

CONCEPÇÃO, FINALIDADES E OBJETIVOS:

A educação tem a ver com o homem e sua relação social. Como ninguém vive só, é uma condição indispensável à convivialidade, urge a necessidade de educar, de se educar e ser educado. Assim entendida, a educação, seja ela formal ou informal, constitui-se na forma como a sociedade prepara e educa os indivíduos para viverem nela mesma, em uma determinada época.

A educação, porém, não ocorre aleatoriamente, diz respeito ao tipo de sociedade, ao modo como os seres humanos se organizam e se relacionam para produzir sua vida material, quer dizer, ao modo de produção existente e ao estágio de desenvolvimento das forças produtivas materiais.

E como a natureza e a sociedade são permeadas por contradições, a produção da vida social muda o tempo todo. Consequentemente, tanto as relações que os homens travam entre si, quanto as desencadeadas com a natureza, como as representações, as ideias e a educação, mudam continuamente. Disso resulta que um de seus principais caracteres é o fato de ser histórica.

Aliada a essa condição, o trabalho aparece como uma categoria central, seja para entender o homem e a sociedade, seja para compreender a educação. Como nos

dizem Marx e Engels, em *A Ideologia Alemã* (1981, p. 23), “como exprimem a sua vida, assim os indivíduos são. Aquilo que eles são coincide, portanto, com sua produção, com o que produzem e também com o como produzem. Aquilo que os indivíduos são depende, portanto, das condições de sua produção.”

Por meio do trabalho os homens produzem os bens materiais necessários à satisfação da sobrevivência, e, concomitantemente, os bens culturais, os conhecimentos, a ciência, as teorias, as concepções de homem, de mundo, de sociedade e de educação. Por conseguinte, ela se constitui num meio importante para a superação dos desafios que se apresentam em cada momento e garantir a vida.

Como se pode perceber, a educação não pode ser concebida ou realizada sem considerar a totalidade social. Logo, ao se pensar e fazer a reestruturação do Curso de Pedagogia, de um lado, é necessário considerar o ser humano e a sociedade existente, e, de outro, o ser humano e a sociedade que se pretende construir.

O Curso de Pedagogia da Unioeste, criado pela **Lei Municipal nº 885/71**, de 27/10/71, e autorizado a funcionar pelo **Decreto Federal nº 70.521/75**, foi o primeiro curso dessa instituição a ser reconhecido pelo Conselho Federal de Educação (**Decreto nº 77.304/74**, de 17/06/76). Nesse período, já passou por diversas reestruturações. A última, foi realizada em 2016. Depois disso, ocorreram rápidas, profundas e intensas transformações, suscitando uma nova reestruturação. Em parte, ela decorre de exigências legais e formais, e, em parte, da necessidade de fazer frente aos novos desafios vivenciados no atual momento, bem como reconhecer demandas e lutas históricas pleiteadas por docentes e acadêmicos do Curso de Pedagogia.

Merece mencionar, todavia, que, dado o tempo exíguo para fazê-la, bem como diante da conjuntura de instabilidade política e insegurança jurídica que, á época, atravessamos, não foi possível desencadear um amplo, profundo e expressivo processo de discussão, envolvendo o conjunto de professores, alunos e a comunidade externa (APP-sindicato, SIPROVEL, NRE, SEMED, alunos egressos).

De qualquer modo, empreendemos um grande esforço no sentido de realizarmos uma discussão com o conjunto dos estudantes e professores acerca dos problemas e limites do PPP em vigor, e dos novos desafios enfrentados e das necessidades a serem contempladas. Assim, a nova proposta do projeto político-pedagógico expressa as condições e possibilidades existentes no momento, demandando, por conseguinte, uma avaliação permanente, tendo em vista o seu constante processo de aprimoramento.

De modo democrático, os estudantes iniciaram debates em maio de 2021 por meio do Centro Acadêmico de Pedagogia, sendo desdobrado na organização da XXIX Semana Acadêmica de Pedagogia realizada em agosto de 2021, passando a ser elemento de discussão do Colegiado de Curso a partir de outubro de 2021 e de maneira mais acentuada a partir de abril de 2022, que por meio do Núcleo Docente Estruturante promoveu o Fórum do Curso de Pedagogia e organizou Grupos de Trabalho com o objetivo de dinamizar a reestruturação do PPP.

Vale destacar a intensificação da mobilização nacional na luta pela formação de professores, especialmente Anfope e Forumdir, em resposta ao processo de destruição e desarticulação dos cursos de formação de professores, de forma mais direta e agressiva aos Cursos de Pedagogia, em face da **Resolução 02/2019**, que dissemina

uma *concepção simplista e reducionista da Pedagogia e do exercício profissional do pedagogo*. Em atendimento a essas mobilizações, o prazo para entrar em vigor foi estendido para mais dois anos. Tal fato, contribui de forma significativa para a resistência à destruição produzida pelas políticas ultraliberais em curso, marcadas pela padronização dos currículos, controle do processo de formação, desprofissionalização e precarização crescente do trabalho docente.

Como é do conhecimento de todos, a escola nem sempre existiu. Criada pela e para a classe dominante durante o escravismo, portanto, numa sociedade de classes, foi mantida a seu serviço por cerca de 2,5 a 3 mil anos. Na modernidade, porém, dada a necessidade de se desenvolver, a burguesia foi forçada a renunciar a sua exclusividade. Com isso, os trabalhadores também começam a ter acesso a conhecimentos que antes permaneciam sob o domínio exclusivo das sucessivas classes dominantes. Mas, no intuito de não perder seu controle, passou a possibilitar aos trabalhadores, apenas conhecimentos administrados, em doses homeopáticas, o suficiente para satisfazer as exigências da produção.

Entretanto, por meio das lutas, os trabalhadores foram conquistando cada vez mais vagas nos bancos escolares, tanto na Educação Básica como no Ensino Superior. Aquela se encontra hoje quase que universalizada, e este, ampliou significativamente o acesso. No caso da universidade brasileira, ela se constitui numa criação bastante tardia. O ano de sua criação é bastante polêmico. Alguns consideram que a primeira universidade a ser criada no Brasil foi a Federal de Curitiba, em 1912. Outros defendem que teria sido a de Manaus, e outros ainda, acastelam que foi a do Rio de Janeiro, criadas em 1920. Todavia, a primeira universidade criada nos moldes que conhecemos hoje, foi a Universidade de São Paulo – USP, em 1934. Contudo, do mesmo modo que a escola no passado, a universidade brasileira também foi criada pela e para à classe dominante. Pouquíssimos trabalhadores adentravam nela. A ampliação de seu acesso só ocorreu com muita luta.

Enquanto a escola e a universidade serviam exclusivamente à classe dominante, não representavam nenhum problema, afinal, cumpriam fielmente as funções para as quais haviam sido destinadas. O problema começou a aparecer quando se ampliou as possibilidades de acesso aos trabalhadores. Para a burguesia isso representou uma ameaça ao seu poder.

Diante disso, se rearticulou e partiu para o ataque, desfechou os mais duros golpes contra elas. Na verdade, os ataques a educação e a escola pública sempre existiram, mas, nunca foram tantos e de forma tão intensa como no atual momento. Dentre outros, eles se materializam por meio das insistentes tentativas de se instituir a Escola “sem” Partido, a escola da mordaga, e da famigerada educação domiciliar, a *homeschooling*; pela nomeação de ministros, secretários e até mesmo reitores avessos às escolas e à educação pública; pelos sucessivos ataques aos professores e as instituições educacionais; pela aprovação de reformas educacionais, como é o caso da Reforma do Ensino Médio, feita por Medida Provisória, e da Base Nacional Comum Curricular, praticamente sem discussão com os educadores; pela ampliação do ensino à distância nas universidades públicas; pelo esvaziamento dos conteúdos escolares, que se reduziram praticamente a um mero saber técnico, que nem se quer garantem as tais habilidades e competências; pela tentativa de se instituir a BNC-Formação, que,

juntamente com as demais políticas educacionais, objetiva esvaziar o caráter político pedagógico da formação de professores; pela entrega dos recursos do FNDE a grupos privatistas; pelas constantes ameaças de simplesmente repassar as instituições educacionais à iniciativa privada; pela nomeação de interventores/as nas universidades e institutos federais de educação; pelos ataques à autonomia universitária, como é o caso do Future-se, em âmbito federal, e da Lei Geral das Universidades – LGU – no Paraná; pelos ataques ao FUNDEB; pelos ataques ao livro didático e as tentativas de reescrevê-los, mantendo apenas a versão dos vencedores, como vem ocorrendo a mais de 500 anos; pelo negacionismo e as ofensivas contra as ciências humanas; pela militarização das escolas; pela substituição da ciência pela fé ou por credulidades e especulações; pelos sucessivos e infundáveis cortes dos investimentos destinados à educação e à manutenção das instituições educacionais e da realização de pesquisas; pelo fim dos concursos públicos; pelo não cumprimento da data base e a não reposição das perdas inflacionárias; pela perseguição e criminalização dos que se opõem ao pensamento e às práticas autoritárias; pela privatização dos poços do Pré-Sal, cujos recursos aprovados durante o governo Dilma, deveriam ser destinados 75% à educação e 25% para a saúde. (ORSO, 2020).

Aliado a isso, assistimos ao ataque cerrado e incessante aos direitos de todos os trabalhadores, viabilizado, dentre outros, pelo congelamento dos investimentos em educação por 20 anos, pela Reforma Trabalhista, pela Terceirização e Reforma da Previdência.

Como consequência, de um lado, vemos a ampliação da concentração de renda e, de outro, a precarização das relações de trabalho, a pauperização das condições de vida e o alastramento da pobreza e da miséria.

Nesse contexto, ao invés de uma escola unitária e de qualidade socialmente referenciada, presenciamos seu distanciamento e o aprofundamento do fosso que a separa dos interesses e das necessidades dos trabalhadores.

Esse triste cenário corrói as relações sociais, provoca uma regressão social, turva os horizontes, compromete os sonhos pessoais e o futuro do país.

É nesse contexto que ocorre a reestruturação do Curso de Pedagogia da Unioeste. Daí a necessidade de considerar a realidade existente e a sociedade que se anseia construir.

É importante lembrar, porém, que a Unioeste se constitui numa universidade e, como tal, de acordo com o Artigo 207 da **Constituição Federal de 1988**, goza de autonomia. “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (**EC nº 11/96**).” Esse mesmo princípio também é referendado pela **LDB 9394/96**. O Artigo 53, afirma que, “No exercício de sua autonomia, são asseguradas às universidades ...” “criar, organizar e extinguir [...] cursos e programas de educação superior (Inciso I)”, “fixar os currículos dos seus cursos e programas (Inciso II)”, “criação, expansão, modificação e extinção de cursos (Inciso I, parágrafo I do Artigo 53), e “elaboração da programação dos cursos (Inciso III, parágrafo I do Artigo 53).

Consequentemente, cabe à própria universidade, respeitando as leis e regulamentações atinentes, criar seus cursos e fixar sua grade curricular

correspondente as exigências do momento. Assim, diante dos problemas e desafios enfrentados pela sociedade atual, ao fazermos a reestruturação do Curso de Pedagogia, cabe-nos defender a melhoria de sua qualidade, superar problemas pontuais e criar condições para oportunizar aos estudantes o acesso aos conhecimentos científicos mais desenvolvido, especialmente, os relacionados ao ensino, à aprendizagem, à formação do educador, à compreensão da sociedade em que vive e ao desenvolvimento humano.

Isso significa que o Curso de Pedagogia da Unioeste está comprometido com uma sólida formação do pedagogo/educador, que, de um lado, pressupõe o saber técnico sobre o trabalho educativo, que envolve a escrita de acordo com a norma padrão e o domínio teórico, metodológico e didático e, de outro, o compromisso político-pedagógico com a transformação das condições sociais existentes.

Em se tratando da formação inicial de professores, o ensino presencial público, gratuito, laico e de qualidade para todos, ganha relevo, sobretudo, na atual conjuntura, em que a escola que atende a maioria da população brasileira e tem sofrido intensos ataques por parte de diferentes setores da sociedade.

A pandemia da Covid 19, por sua vez, tem agravado ainda mais os problemas educacionais com os quais já nos deparávamos a muito tempo, como é o caso do abandono da escola pública, o ataque às instituições, a desvalorização dos educadores e a evasão escolar, tornando evidente o projeto de privatização ora em curso.

Entendemos que, em uma sociedade de classes, como é o caso da sociedade capitalista em que vivemos, não existe neutralidade. Conseqüentemente, a educação, a escola e o trabalho educativo, como integrantes da prática social, também não são neutros.

Em função disso, considerando a divisão social e a necessidade de superarmos o atual modo de produção fundado em relações antagônicas, cabe a nós assumirmos uma postura crítica face à realidade existente e contribuirmos para a construção de uma sociedade efetivamente humana.

Assim sendo, este projeto não tem um fim em si mesmo. Considerando a sociedade existente, constitui-se num elo articulador e num guia para a edificação da sociedade que se pretende construir. Nesse sentido, carga uma dupla dimensão: política e pedagógica.

Desse modo, premidos por exigências socioeducativas, partindo de determinado arcabouço burocrático e legal, a despeito de não termos as condições de tempo ideais para realizar sua reestruturação, assumimos o compromisso de refletir sobre os limites do atual PPP e de responder aos desafios do momento com uma nova proposta pedagógica.

Obviamente, não se trata nem de algo mágico, nem de um projeto redentor. Todavia, entendemos que, na medida em que discutimos juntos uma proposta e assumimos o compromisso coletivo com sua implementação, podemos dar uma contribuição importante para a superação de determinados problemas, mesmo que pontuais, além de contribuir para a construção de uma nova educação e uma nova sociedade.

Nesse sentido, em sintonia com os preceitos constitucionais, com as entidades representativas dos educadores e com as exigências sociais, o coletivo de docentes

envolvidos no Curso de Pedagogia da Unioeste, defende a autonomia universitária, o aumento dos investimentos na educação pública, a ampliação acesso e a melhoria das condições de permanência, bem como, a indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão, juntamente com o ensino público, laico, gratuito, democrático e de qualidade socialmente referenciada para todos. Ademais, opõe-se ao negacionismo, defende da ciência, os conteúdos escolares e a socialização dos conhecimentos científicos mais elaborados (SAVIANI, 2011), acastela a importância da escola, do professor e do planejamento escolar, defende a educação como um ato intencional, voluntário, planejado, sistemático e metódico, comprometido com a classe trabalhadora, da qual fazemos parte, com a transformação social, com o desenvolvimento pleno das potencialidades humanas, isto é, com a omnilateralidade, e com a emancipação humana.

Ainda que “uma das principais atividades a serem desenvolvidas seja a docência no interior da escola”, fundamentado nas concepções, nos fundamentos e pressupostos explicitados, o Curso de Pedagogia objetiva “formar profissionais com condições de atuar nas diferentes funções da organização do trabalho pedagógico e gestão escolar” (PPP, 2016).

De acordo com a Comissão Nacional de Reformulação dos Cursos de Formação do Educador - CONARCFE (1989), o educador é o profissional que “[...] tem a docência como base da sua identidade profissional, domina o conhecimento específico de sua área, articulado ao conhecimento pedagógico, em uma perspectiva de totalidade do conhecimento socialmente produzido que lhe permita perceber as relações existentes entre as atividades educacionais e a totalidade das relações sociais, econômicas, políticas e culturais em que o processo educacional ocorre, sendo capaz de atuar como agente de transformação da realidade em que se insere.” (PPP, 2016).

Seguindo a mesma perspectiva, “a ANFOPE – Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (2002),” enfatiza que, para isso,

[...] é necessário ter uma sólida formação teórica sobre o fenômeno educacional e seus fundamentos históricos, políticos e sociais, bem como, o domínio dos conteúdos das diferentes ciências ensinadas pela escola, permitindo a apropriação do processo de trabalho pedagógico e criando condições efetivas para realizar uma análise crítica da sociedade brasileira, especialmente da realidade educacional (PPP, 2016).

Contudo, em relação ao PPP, a liberdade de cada um se encontra na elaboração de sua proposta, isto é, no envolvimento, na proposição, discussão e definição do Projeto a ser realizado. Após a sua aprovação, o compromisso de todos, constitui-se numa condição *sine qua non* à sua implementação e efetivação.

Nesse sentido, o PPP está organizado e composto por um conjunto de disciplinas e atividades curriculares e extracurriculares, articuladas entre si, por determinados pressupostos teórico-metodológicos, por políticas e práticas educacionais, distribuídos ao longo de quatro anos, cada uma cumprindo uma finalidade específica, de tal modo que, no seu todo, ao final do processo, o então aluno do ponto

de partida se transforme num profissional, capaz de exercer o trabalho educativo com dedicação, ética e profissionalismo, igual ou superior a seus mestres, contribuindo com a formação humana e a transformação da sociedade.

Objetivos:

- Possibilitar uma sólida fundamentação teórico-metodológica que permita compreender a sociedade e o processo de ensino e aprendizagem, de forma crítica e transformadora;
- Promover a formação de professores da/para a Educação Infantil e dos/para os Anos iniciais do Ensino Fundamental, com competência técnica e compromisso político-pedagógico;
- Proporcionar uma profunda reflexão acerca do conhecimento, da ciência, da escola, da formação do educador e do trabalho docente, que contribua para a superação da fragmentação do saber e da divisão social;
- Articular o conjunto dos componentes curriculares e extracurriculares, as atividades de ensino, de pesquisa e de extensão, numa unidade formativa, objetivando a melhoria das condições de permanência dos alunos na universidade e a qualidade da formação do educador.

FORMAÇÃO DO PROFESSOR E TRABALHO DOCENTE

1. EDUCAÇÃO, PEDAGOGIA, PEDAGOGO E A ESCOLA

A Pedagogia, ao ser definida, carrega consigo polêmicas significativas em relação ao seu status epistemológico, a sua abrangência e, conseqüentemente, à própria identidade do pedagogo. Por muito tempo não houve reconhecimento da Pedagogia como uma ciência, pois a ela se atribuía existência somente a partir de outras ciências e a caracterizavam como um conjunto de orientações práticas. A problemática nesse embate é entender se ela é uma das Ciências da Educação ou a Ciência da Educação.

Saviani (2008), apoiando-se nas reflexões de Genovesi, contribui para a defesa que aqui incluímos como fundamento para o nosso Projeto Político Pedagógico. Não existem outras Ciências da Educação sem a Pedagogia, que é a Ciência da Educação propriamente dita. Saviani (Idem) diferencia esses dois conceitos. Afirma que as Ciências da Educação são constituídas com um objeto próprio (externo à educação) e que investigam a educação a partir do seu próprio objeto; seu ponto de partida e de chegada estão fora da educação. São exemplos de Ciências da Educação: Psicologia da Educação, Sociologia da Educação; História da Educação; Biologia Educacional; dentre outras. Silva e Ferreira (2020) afirmam que essas áreas de conhecimento fragmentaram o entendimento da educação a partir de sua lente teórica e entendem que cada uma estaria interessada em uma dimensão do fenômeno, mas que, por outro lado, a Pedagogia necessita delas para explicitar os vários aspectos de seu objeto.

A Ciência da Educação – a Pedagogia – tem como objeto a educação, ela representa o ponto de partida e de chegada. Afirmar que a educação é objeto da Pedagogia é entender a complexidade de sua abrangência, pois ela é dinâmica,

portanto, está em movimento permanente, está em transformação; é diferente em diferentes contextos sociais, portanto, tem determinantes sociais, políticos, econômicos, psicológicos, religiosos, dentre outros.

Se assim entendemos a Pedagogia, conseqüentemente afirmamos que o Pedagogo é o Cientista da Educação, é quem a investiga, buscando explicitá-la na perspectiva da totalidade, portanto, compreendendo suas múltiplas determinações e suas contradições, com o objetivo de intervir nos processos educativos. Além disso, não podemos esquecer que esse cientista da Educação, na sua quase absoluta maioria, pertence à classe trabalhadora, ou seja, é trabalhador em educação, tem pertencimento de classe, mesmo que, por vezes, não tenha consciência de sua necessária posição na luta de classes. Isso dizemos, pois entendemos que a educação é um instrumento de luta social. Entendemos, nesse sentido, que educação é processo de formação humana em todas as dimensões (psicológica, corporal, intelectual, afetiva, estética, dentre outras).

Apesar de compreendermos que a educação se engendra em vários espaços e em diferentes tempos, focamos aqui na perspectiva da educação escolar, uma vez que o foco da formação, no curso de Pedagogia da nossa instituição, é a docência e a gestão nas escolas.

Formamos, mais especificamente, o cientista da educação escolar, o que exige o estudo desde os fundamentos filosóficos e científicos da educação, até formas teórico-metodológicas de realizar a construção/intervenção em processos educativos escolares. Estando munidos dessas ferramentas, segundo Saviani (2008), os estudantes do curso poderão analisar os fundamentos das escolas de educação básica para além do senso comum, o que os instrumentalizará a atuar nesta instituição – a escola – que se tornou a forma principal e dominante de educação, numa perspectiva crítica e de emancipação da classe trabalhadora.

A realidade nos mostra que há, ainda, nos processos educativos escolares, a hegemonia do projeto do capital, de cunho privado e liderado por alas com grande poder econômico e empresarial, para a formação da classe trabalhadora. Mészáros (2005) entende que a educação formal não é responsável pela consolidação do projeto capitalista, nem é capaz de emancipar o ser humano neste contexto, contudo, em geral, ela se propõe a produzir conformidade e a criar consenso, contribuindo para subordinar o ser humano às exigências da ordem estabelecida.

A escola é espaço de disputa e precisa ser posicionada, na luta de classes, a serviço da classe trabalhadora enquanto classe para si. Mészáros (2005) entende que é preciso construir uma educação para além do capital, que contribua para elaborar estratégias para mudar as condições objetivas de reprodução e para a automudança consciente das pessoas, chamadas a criar uma ordem social metabólica radicalmente diferente.

Assim, defendemos a formação do pedagogo, enquanto classe trabalhadora, na perspectiva de instrumentalizá-lo para a resistência e para a mudança, para transformar o conteúdo e a forma escolar. Para isso, precisamos garantir uma formação teórico-prática intensa e profunda, elevando seu nível cultural, propiciando a apropriação dos conhecimentos científicos, da arte e da filosofia; o desenvolvimento de capacidades para trabalhar coletivamente, para planejar, para vincular-se à luta social, para

investigar, para propor, dentre outras; e o domínio de estratégias para dar qualidade social aos processos educativos e de gestão.

Torna-se imprescindível que, durante o processo de formação, os estudantes possam vivenciar experiências concretas: de participação efetiva, de auto-organização, de liderar e ser liderado, de questionar, de tomar decisões, para superar preconceitos, de propor mudanças ou acréscimos, de planejar e implementar, de analisar criticamente as questões da educação, de estabelecer relações horizontalizadas. O curso de Pedagogia precisa tornar-se lócus privilegiado da formação teórico-prática. Se na escola é preciso atuar no campo da mudança dos conteúdos e da forma, no curso também isso precisa acontecer.

2. TRANSFORMAÇÕES NO PAPEL DO PEDAGOGO

O perfil do pedagogo sofreu, e ainda sofre, transformações ao longo da história brasileira, no contexto de propostas, políticas e reformas educacionais, manifestando embates entre concepções e perspectivas.

Por um longo período, até 1996, o curso de Pedagogia da Unioeste, Cascavel, esteve organizado segundo um modelo fragmentado. Com o entendimento de que essa formação já não mais se apresentava como atendendo plenamente a uma formação orientada para as dimensões da organização e da atividade escolar de forma integrada, articulada e indissociada, processou-se a primeira reestruturação do Curso em 1997. A reestruturação se deu em consonância das concepções em disputa no intermédio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996 e em políticas que a seguiram, especialmente nos primeiros anos de 2000, prevendo habilitações específicas em Licenciatura e Bacharelado, a manutenção de uma formação de perfil de técnico do pedagogo e a dualidade entre os perfis de técnico e docente, além de prever de a formação pedagógica acontecer em institutos superiores, sobretudo, para o curso normal, e não, prioritariamente, na universidade.

De tal modo, buscou-se na reformulação do PPP em 1997 bem como em 2005, ratificar a posição do colegiado do Curso de Pedagogia da Unioeste do campus de Cascavel, em favor da “universidade como *locus* de formação do professor e a identidade de todo profissional da educação como sendo a docência, enquanto os empresários da educação e as políticas oficiais cindem a formação do Pedagogo entre a docência e a organização do trabalho pedagógico” (UNIOESTE, 2016, p. 4). Para tanto, considera-se:

[...] a autonomia didática pelo *status* de ser Universidade e pelo compromisso acadêmico e político do Colegiado, [...] formando o profissional da educação numa perspectiva articulada de organização do trabalho pedagógico para atuar tanto na docência, quanto nas funções de Orientação Educacional, Administração Escolar, Supervisão Escolar e Coordenação Pedagógica (UNIOESTE, 2016, p. 6).

A reformulação seguinte, e mais atual até então, do Curso de Pedagogia da Unioeste -Cascavel aconteceu em 2016. O Núcleo Docente Estruturante (NDE), pautado na **Resolução 02/2015 do CNE** e nos apelos da comunidade acadêmica,

propôs ao Colegiado do Curso alterações na grade curricular. A proposta inicial indicava a necessidade de maior aprofundamento das discussões, prevista para se dar entre 2016 e 2017. Contudo, face ao momento histórico, político e social envolvendo o país naquele período, havia uma preocupação em homologar as deliberativas da **Resolução 02/2015**, por considerá-las como importante conquista para a área (SCHEIBE; BAZZO, 2019). Com isso, a discussão mais aprofundada do Curso de Pedagogia da Unioeste Cascavel acabou por ficar para outro momento.

Assim sendo, a reformulação do PPP do curso de Pedagogia da Unioeste de 2016 acolheu as exigências legais e centrou-se, basicamente: na alteração do Estágio Supervisionado sob a forma de Prática de Ensino I que passou a ter 136 horas, com orientação direta e em contraturno, com foco na gestão escolar, com base no Art. 7º da **Resolução nº 2/2015**; na reorganização de disciplinas da grade para embasar o campo de estágio da Prática I; na ampliação da carga horária do curso e a reorganização dos Estágios Supervisionados sob a Forma de Prática de Ensino II e III, que passaram para o contraturno do Curso; e na organização das 136 horas de cada uma das Disciplinas de Estágio Supervisionado sob a Forma de Prática de Ensino, das quais 34 horas ficariam alocadas na grade semanal de forma concentrada aos sábados, podendo ser organizados encontros mensais para integração dos grupos de discentes e docentes orientadores e as coordenações, objetivando um espaço coletivo de trocas de experiências, organização e normas referentes às atividades de Estágio.

A **Resolução nº 2 de 2019**, definiu Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial de professores para a educação básica e instituiu a BNC-Formação.

3.FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS

A área de Fundamentos Metodológicos da Educação contempla as relações dialéticas essenciais do trabalho docente: conteúdo/forma; teoria/prática; sujeito/objeto, ensino/aprendizagem e outras, na busca de articular os fundamentos, os conteúdos e as metodologias de ensino das disciplinas trabalhadas na Educação Infantil e nos Anos iniciais do Ensino Fundamental. Dessa forma, os conteúdos devem garantir o saber histórico e filosófico sobre a natureza do conhecimento inerente às disciplinas.

Em síntese, o domínio dos saberes disciplinares e o conhecimento Pedagógico do conteúdo correspondem a duas das exigências fundamentais da formação profissional de professores, o que requer deles a compreensão da estrutura da matéria ensinada, dos princípios de sua organização conceitual, do caminho investigativo pelo qual vão se constituindo os objetos de conhecimento, e, ao mesmo tempo, o conhecimento pedagógico do conteúdo, ou seja, como temas e problemas podem ser organizados e trabalhados de modo a serem aprendidos pelos alunos (LIBÂNEO, 2010, p. 575).

Assim, a escola possibilita, ao aluno, a apropriação da cultura e da ciência já produzida, bem como que ele contribua para a reorganização crítica delas. Para isso, o professor precisa dominar os conteúdos e os respectivos conhecimentos didáticos além

de conhecer os processos lógicos e investigativos das disciplinas, entendendo que aprender é compreender o objeto de estudo, cujo processo possibilita a superação do senso comum. Desse modo, é preciso garantir aos acadêmicos do Curso de Pedagogia.

[...] os aportes teóricos e epistemológicos para a compreensão da complexidade da mediação didática, que envolve a articulação entre saberes dos conteúdos específicos, saberes pedagógico-didáticos, saberes da experiência do aluno-futuro professor e, além disso, uma abordagem teoricamente fundamentada das metodologias e dos procedimentos de ensino em conexão com a cultura e o cotidiano escolar e o conhecimento local, tudo lastreado pela atitude investigativa (LIBÂNEO, 2009, p. 578).

Em se tratando da extensão como atividade curricular obrigatória a carga horária esta distribuída de forma equitativa entre as disciplinas do curso. Nestes termos é de autonomia do professor das respectivas disciplinas a propositura de atividades de extensão que tenham o acadêmico como protagonista e, desta forma, constem nos planos de ensino a descrição metodológica das atividades. Destaca-se a obrigatoriedade das atividades de extensão para todas as disciplinas do curso conforme deliberado em assembleia.

Tendo em vista o ingresso de alunos no curso durante a vigência do primeiro semestre, decorrente de outras chamadas do vestibular e do SISU, será realizado um acompanhamento desses acadêmicos nas disciplinas do primeiro ano do curso, por meio dos seguintes procedimentos: a. preferência na proposição de projetos de monitoria para os componentes curriculares do 1º ano; b. estudos dirigidos aos acadêmicos em contraturno, acompanhados pelo professor da disciplina e disponibilidade do docente para atendimento; c. datas diferenciadas para a realização das avaliações desses acadêmicos; d. acesso aos materiais/conteúdos já trabalhados pelo professor.

PERFIL DO PROFISSIONAL - FORMAÇÃO GERAL E ESPECÍFICA:

A base da formação do profissional pedagogo é a docência, compreendida como uma ação educativa processual, intencional, didática, teórica e metodologicamente orientada, considerando as relações sociais, étnico-raciais e produtivas de cada tempo histórico.

Portanto, os egressos estarão habilitados para atuação nas seguintes áreas:

- Ensino no nível da Educação Básica, nas etapas da Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, considerando as especificidades das modalidades de ensino atendidas nessas etapas;
- Cargos e funções de gestão educacional, de forma democrática, integrada e articulada na organização do trabalho pedagógico.

Segundo o Art. 8º da **Resolução nº 2 de 2015** (p. 7-8, *grifos*), o(a) egresso(a)

dos cursos de formação inicial em nível superior deverá, portanto, estar apto (a) a:

I - atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária;

II - compreender o seu papel na formação dos estudantes da educação básica a partir de concepção ampla e contextualizada de ensino e processos de aprendizagem e desenvolvimento destes, incluindo aqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria;

III - trabalhar na promoção da aprendizagem e do desenvolvimento de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano nas etapas e modalidades de educação básica;

IV - dominar os conteúdos específicos e pedagógicos e as abordagens teórico-metodológicas do seu ensino, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano;

V - relacionar a linguagem dos meios de comunicação à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação para o desenvolvimento da aprendizagem;

VI - promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade;

VII - identificar questões e problemas socioculturais e educacionais, com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, a fim de contribuir para a superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas, de gênero, sexuais e outras;

VIII - demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, de faixas geracionais, de classes sociais, religiosas, de necessidades especiais, de diversidade sexual, entre outras;

IX - atuar na gestão e organização das instituições de educação básica, planejando, executando, acompanhando e avaliando políticas, projetos e programas educacionais;

X - participar da gestão das instituições de educação básica, contribuindo para a elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico;

XI - realizar pesquisas que proporcionem conhecimento sobre os estudantes e sua realidade sociocultural, sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambiental-ecológicos, sobre propostas curriculares e sobre organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas, entre outros;

XII - utilizar instrumentos de pesquisa [...] e extensão [...] adequados para a construção de conhecimentos pedagógicos e científicos, objetivando a reflexão sobre a própria prática e a discussão e disseminação desses conhecimentos;

XIII - estudar e compreender criticamente as Diretrizes Curriculares Nacionais, além de outras determinações legais, como componentes de formação fundamentais para o

exercício do magistério.

METODOLOGIA:

RELAÇÃO DE ALUNADO – ANÁLISE POR TEMPO DE INTEGRALIZAÇÃO
Pedagogia Licenciatura - Matutino:

Ingresso (Quantitativo de alunos ingressantes efetivamente matriculados)		Formação (Quantitativo de alunos efetivamente formados)					
Data de Ingresso	Número de alunos	2016	2017	2018	2019	2020	2021
2013	40	27	3	2			
2014	38		22	2	1		
2015	37	2	1	22	3	3	
2016	36		1		21	3	1
2017	37		1		2	23	1
2018	31						15
TOTAL		37	32	29	28	30	17
Média Relação Ingressantes/Concluintes			87,15%				

Pedagogia Licenciatura - Noturno:

Ingresso (Quantitativo de alunos ingressantes efetivamente matriculados)		Formação (Quantitativo de alunos efetivamente formados)					
Data de Ingresso	Número de alunos	2016	2017	2018	2019	2020	2021
2013	40	25	6	1			
2014	40		21	10	1		
2015	37			17	4	2	
2016	38			2	21	4	1
2017	40			1		23	3
2018	47						24
2019							
2020							1
TOTAL		25	27	31	26	29	29
Média Relação Ingressantes/Concluintes			72,77%				

O Curso constitui-se de um conjunto de componentes curriculares e extracurriculares, que, articuladas entre si, objetivam a consecução dos seus objetivos, isto é, para a formação do Pedagogo como docente, pesquisador e extensionista, que atue de forma crítica e transformadora. No que diz respeito aos encaminhamentos

práticos, ressalvado o compromisso com a ementa das disciplinas, com os pressupostos político-pedagógicos e com os objetivos definidos para o curso, cabe ao docente a responsabilidade de organizar didática e metodologicamente suas aulas, no intuito de efetivá-los. Nesta perspectiva, as aulas poderão contemplar uma parte teórica e outra prática; promover aulas expositivas, atividades individuais e coletivas, realizar seminários, pesquisas e debates, além de dedicar um percentual de 10% de sua carga horária para a extensão que deverá estar devidamente discriminado no Plano de Ensino de cada disciplina.

AValiação:

A avaliação faz parte do Projeto Político Pedagógico. Constitui-se em importante instrumento da atividade formativa. Por meio dela, objetiva-se acompanhar o processo de ensino e aprendizagem, e verificar se os objetivos do PPP e do Plano de Ensino estão sendo atingidos. Neste sentido, deve ser diagnóstica e contínua, realizada em dois momentos. Um deles, nas disciplinas e atividades desenvolvidas, e outro, coletivamente, pelo conjunto dos professores e alunos do curso, em cada ano, podendo ser de forma escrita e ou oral em reuniões e assembleias ordinárias do curso. E, com base na realidade evidenciada, reafirmar a proposta e os objetivos ou rever e redefinir rumos e encaminhamentos, no intuito de melhorar o aproveitamento acadêmico. Assim sendo, cabe ao NDE – Núcleo Docente Estruturante a responsabilidade pela organização do momento de avaliação coletiva do curso.

FORMAS DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM:

As formas de avaliação dos processos de ensino e aprendizagem das disciplinas do curso de pedagogia se constituem como parte integrante da proposta do trabalho pedagógico dos respectivos docentes, definidas no Plano de Ensino formalizado e aprovado pelo colegiado do curso. Consequentemente, deve ser coerente com os objetivos propostos, realizada em diferentes momentos e modalidades, por meio de provas escritas ou de atividades orais, de forma individual e/ou coletiva, seminários, elaboração textual etc., cuja mensuração do aproveitamento acadêmico deve seguir as normas institucionais vigentes na UNIOESTE. Para garantir um processo coerente, justo e eficaz faz-se necessário que os Planos de Ensino de cada disciplina explicitem critérios de avaliação.

Apropriação do conteúdo não se limita à memorização e/ou à simples repetição de conceitos e/ou de prática alienadas, mas compreensão da educação pelo acadêmico tendo como referência as contradições e complexidades das relações sociais, isto tanto em seu uso teórico como prático. Segundo Klein (1996), na avaliação o erro constitui parte importante do processo assim como o acerto. Ao considerar acertos e erros descortinamos as razões que os induziram. Ai reside o conteúdo da avaliação.

FORMAS E ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO:

O caráter eminentemente processual do PPP considera a avaliação como elemento construtivo do Curso, para acompanhar sua implementação e melhorar a proposta de formação do profissional da educação. A auto-avaliação constitui a dinâmica do curso, como forma de auxílio à reorganização do trabalho pedagógico do processo formativo tendo o Núcleo Docente Estruturante papel preponderante nesse processo.

Ao Núcleo Docente Estruturante (NDE) compete acompanhar, consolidar e atualizar, permanentemente, o projeto político-pedagógico do curso, conforme **Resolução nº 317/2011–CEPE**. Nesse sentido, possui o papel de garantir uma política de acompanhamento e avaliação da proposta político-pedagógica do curso, a partir das deliberações do Colegiado de Curso, considerando a concepção, a estrutura, a organização e a integralização curricular da formação profissional para os necessários aprofundamentos, qualificação e redirecionamentos (atualização). São elementos do acompanhamento do NDE: os núcleos de fundamentação, as matrizes curriculares, os ementários, os planos de ensino, as metodologias, as estratégias pedagógicas, a avaliação ensino-aprendizagem e avaliação do curso. Além desse sistema de avaliação do curso, cabe destacar o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), do MEC/INEP, criado pela **Lei nº 10.861**, de 14 de abril de 2004, formado pelo tripé: avaliação das instituições, avaliação dos cursos e avaliação do desempenho dos estudantes (Exame Nacional dos Estudantes – ENADE).

Assim sendo, cabe ao NDE organizar anualmente um processo de avaliação coletivo do curso, envolvendo professores e alunos de cada ano e do conjunto do curso.

IV – ESTRUTURA CURRICULAR CURRÍCULO PLENO

DESDOBRAMENTO DAS ÁREAS/MATÉRIAS EM DISCIPLINAS

Área/Matéria	CO D	Disciplinas	C/H
1. De Formação Geral			
Forma o perfil nacional, de acordo Com as Diretrizes Curriculares Nacional			
Didática	1	Didática e Teorias Pedagógicas	68
Sociologia	2	Sociologia	68
	3	Sociologia da Educação	136
Filosofia	4	Filosofia	68
	5	Filosofia da Educação	136
História	6	História da Educação I	68
	7	História da Educação II	136
Psicologia da Educação	8	Psicologia da Educação I	68
	9	Psicologia da Educação II	136
Pesquisa em Educação	10	Metodologia da Pesquisa	68
	11	Pesquisa Educacional	68
	12	Trabalho de Conclusão de Curso – TCC	68
Política Educacional	13	Política Educacional I	68
	14	Política Educacional II	68
	15	Estado e Organização Escolar	68
Fundamentos da Educação Especial	16	Fundamentos da Educação Especial	136
Subtotal			1428
2. De Formação Diferenciada			
Forma o perfil específico de cada curso			
Teoria e Prática	17	Ensino de Geografia	68
	18	Ensino de Língua Portuguesa	68
	19	Ensino de Ciências	68
	20	Ensino de História	68
	21	Ensino da Matemática	136
	22	Ensino de Arte	68
Alfabetização	23	Alfabetização e Letramento	136
	24	Libras	68
Educação Infantil	25	Literatura Infantil	68
	26	Fundamentos da Educação Infantil	136
	27	Corpo, Movimento e Educação	68
Gestão Escolar	28	Fundamentos da Gestão Educacional	68
	29	Organização do Trabalho Pedagógico	68
	30	Gestão Escolar	68
Subtotal			1156
3. Estágio Supervisionado			

Estágio Supervisionado	31	Estágio Sup. Sob Forma de Prática Ensino I	136
	32	Estágio Sup. Sob Forma de Prática Ensino II	136
	33	Estágio Sup. Sob Forma de Prática Ensino III	136
Subtotal			408
4. Atividades Acadêmicas Complementares (mínimo de 5%)		Atividades Acadêmicas Complementares	210
5. Extensão Universitária (mínimo de 10%)		Em disciplina ou carga horária parcial de disciplina.	323
		Programas, projetos, cursos, eventos e outros.	
Sub total			323
TOTAL DO CURSO			3202

O trabalho discente efetivo e as atividades acadêmicas extraclasse, realizadas durante a graduação, correspondem a estudos em biblioteca e em laboratório, preparação de seminários, elaboração de trabalhos e relatórios, frequência em monitorias, trabalhos individuais ou em grupo, projetos técnicos e outras similares realizadas na Instituição de Ensino, em atendimento às DCNs (**Resolução CNE/CES no 003/2007** e **Parecer CNE/CES no 261/2007**). Regulamentado na UNIOESTE pela **Resolução 095/2016-CEPE**.

V - DISTRIBUIÇÃO ANUAL DAS DISCIPLINAS

C O D	Disciplina	Pré- requisi to	Carga-horária					Forma de Oferta	
			Tot	Teo	Pra	APS	APCC	EXT	Sem/Anual
1° ano									
1	Didática e Teorias Pedagógicas		68	68			10	7	Anual
2	Ensino de Geografia		68	68			10	7	Anual
3	Filosofia		68	68			10	7	Anual
4	Fundamentos da Gestão Educacional		68	68			10	7	Anual
5	Gestão Escolar		68	68			10	7	Anual
6	História da Educação I		68	68			10	7	Anual
7	Literatura Infantil		68	68			10	7	Anual
8	Metodologia da Pesquisa		68	68			10	7	Anual
9	Psicologia da Educação I		68	68			10	7	Anual
10	Sociologia		68	68			10	7	Anual
Subtotal			680	680	0	0	100	70	
2° ano									
11	Estágio Sup. Sob Forma de Prática Ensino I		136	68	68		5	16	Anual
12	Filosofia da Educação		136	136			20	16	Anual
13	História da Educação II		136	136			20	16	Anual
14	Organização do Trabalho Pedagógico		68	68			10	7	Anual
15	Psicologia da Educação II		136	136			20	16	Anual
16	Sociologia da Educação		136	136			20	16	Anual
Subtotal			748	680	68	0	95	87	

3° ano										
17	Alfabetização e Letramento Organização Escolar			136	136			20	16	Anual
18	Ensino da Matemática			136	136			20	16	Anual
19	Ensino de Ciências			68	68			10	7	Anual
20	Ensino de História			68	68			10	7	Anual
21	Ensino de Língua Portuguesa			68	68			10	7	Anual
22	Estado e Organização Escolar			68	68			10	7	Anual
23	Estágio Sup. Sob Forma de Prática Ensino II			136	68	68		5	16	Anual
24	Pesquisa Educacional			68	68			10	7	Anual
Subtotal				748	680	68	0	95	83	
4° ano										
25	Corpo, Movimento e Educação			68	68			10	7	Anual
26	Ensino de Arte			68	68			10	7	Anual
27	Estágio Sup. Sob Forma de Prática Ensino III			136	68	68		5	16	Anual
28	Fundamentos da Educação Especial			136	136			20	16	Anual
29	Fundamentos da Educação Infantil			136	136			20	16	Anual
30	Libras			68	68			10	7	Anual
31	Política Educacional I			68	68			10	7	Anual
32	Política Educacional II			68	68			10	7	Anual
33	Trabalho de Conclusão de Curso - TCC			68		68		10	-	Anual
Subtotal				816	612	68	0	105	83	
TOTAL DE DISCIPLINAS				2992	2652	204	0	395	323	
Atividades Acadêmicas Complementares				210						
Extensão Universitaria: 10% da Carga Horária total do Curso		Em disciplina ou carga horária parcial de disciplina.		323						
		Programas, projetos, cursos, eventos e outros.		0						
TOTAL DO CURSO				3202	2652	204	0	395	323	

Observações:

- a) No lugar do CODIGO da disciplina utilizar numeração sequencial (a DAA codificara no sistema);
- b) AP - Atividade ou aula Prática de laboratório e de campo;
- c) APS - Aula Prática Supervisionada desenvolvida em laboratórios ou espaços que necessitam de supervisão direta do docente para o desenvolvimento da disciplina, não se aplica aos estagios;
- d) APCC - Prática como Componente Curricular desenvolvida nas licenciaturas como metodologias de ensino explicitadas no Plano de Ensino. Não se aplica na tabela acima a somatoria entre carga horária teórica e prática;
- e) A distribuição da carga horária das atividades de extensão deve estar assegurada em todas as séries do curso ou concentradas em determinadas séries de acordo com o perfil e processo de formação previsto no PPP do curso. Não se aplica, na tabela acima, a somatoria ou subtração da carga horária de extensão em relação a carga horária teórica e/ou prática das disciplinas, apenas indica-se a carga horária a ser realizada em atividades de extensão.

VI - CARGA-HORÁRIA DO CURSO COM DESDOBRAMENTO DE TURMAS

DISCIPLINA			C/H TEÓRICA			C/H PRÁTICA					TCC ESTÁGIO		C/H Total de Ensino
	Ano Período	C/H Total	C/H Teórica	*A/D Teórica	Total	C/H Prática	Nº de Grupos	Subtotal	*A/D Prática	Total	Nº de Alunos	Total	
1º ano													
Didática e Teorias Pedagógicas	1º	68	68	68	136								136
Ensino de Geografia	1º	68	68	68	136								136
Filosofia	1º	68	68	68	136								136
Fundamentos da Gestão Educacional	1º	68	68	68	136								136
Gestão Escolar	1º	68	68	68	136								136
História da Educação I	1º	68	68	68	136								136
Literatura Infantil	1º	68	68	68	136								136
Metodologia da Pesquisa	1º	68	68	68	136								136
Psicologia da Educação I	1º	68	68	68	136								136
Sociologia	1º	68	68	68	136								136
Subtotal		680	680	680	1.360	0	0	0	0	0	0	0	1.360
2º ano													
Estágio Supervisionado Sob Forma de Prática de Ensino I	2º	136	34			102				272	40	1.700	1.972
Filosofia da Educação	2º	136	136	136	272								272
História da Educação II	2º	136	136	136	272								272
Organização do Trabalho Pedagógico	2º	68	68	68	136								136
Psicologia da Educação II	2º	136	136	136	272								272
Sociologia da Educação	2º	136	136	136	272								272
Subtotal		748	646	612	1.224	102	0	0	0	272	40	1.700	3.196

3º ano													
Alfabetização e Letramento	3º	136	136	136	272								272
Ensino de Matemática	3º	136	136	136	272								272
Ensino de Ciências	3º	68	68	68	136								136
Ensino de História	3º	68	68	68	136								136
Ensino de de Língua Portuguesa	3º	68	68	68	136								136
Estado e Organização Escolar	3º	68	68	68	136								136
Estágio Supervisionado sob Forma de Prática de Ensino II	3º	136	34			102				272	40	1.700	1.972
Pesquisa Educacional	3º	68	68	68	136								136
Subtotal		748	646	612	1.224	102	0	0	0	272	40	1.700	3.196
4º ano													
Corpo, Movimento e Educação	4º	68	68	68	136								136
Ensino de Arte	4º	68	68	68	136								136
Estágio Supervisionado sob Forma de Prática de Ensino III	4º	136	34			102				272	40	1.700	1.972
Fundamentos da Educação Especial	4º	136	136	136	272								272
Fundamentos da Educação Infantil	4º	136	136	136	272								272
Libras	4º	68	68	68	136								136
Política Educacional I	4º	68	68	68	136								136
Política Educacional II	4º	68	68	68	136								136
Trabalho de Conclusão de Curso-TCC	4º	68	68	68	136					272	40	1760	1972
Subtotal		816	714	680	1.360	102	0	0	0	272	40	1.700	5.168
TOTAL		2.992	2.686	2.584	5.168	306	0	0	0	816	120	5.100	12.920

Observações:

1. Em relação a carga horária de A/D (Apoio Didático), seguir a Resolução que aprova critérios para a elaboração e a determinação do Índice de Atividades de Centro — IAC
2. Caso haja necessidade de aumento de turmas ocasionadas por reprovação, conforme limite máximo de acadêmicos por grupo, prever desdobramento temporário.

VII - QUADRO DE EQUIVALENCIA DO CURSO

CURRICULO EM VIGOR		CURRICULO PROPOSTO	
Disciplina	C/H	Disciplina	C/H
1 ANO		1 ANO	
Filosofia	68	Filosofia	68
Fundamentos Didáticos Pedagógicos I	68	Didática e Teorias Pedagógicas	68
Metodologia da Pesquisa	68	Metodologia de Pesquisa	68
Sociologia	68	Sociologia	68
Teoria das Organizações e Gestão Escolar	136	Fundamentos da Gestão Educacional	68
		Gestão Escolar	68
História da Educação I	136	História da Educação I	68
Psicologia da Educação I	136	Psicologia da Educação I	68
		Teoria e Prática do Ensino de Geografia	68
		Literatura Infantil	68
2 ANO		2 ANO	
Organização do Trabalho Pedagógico	68	Organização do Trabalho Pedagógico	68
Sociologia da Educação	136	Sociologia da Educação	136
Psicologia da Educação II	102	Psicologia da Educação II	136
Filosofia da Educação	136	Filosofia da Educação	136
História da Educação II	136	História da Educação II	136
Estágio Supervisionado Sob Forma de Prática Ensino I	136	Estágio Supervisionado Sob Forma de Prática Ensino I	68
Fundamentos Didáticos Pedagógicos II	102		
3 ANO		3 ANO	
Estado e Organização Escolar	68	Estado e Organização Escolar	68
Pesquisa Educacional	68	Pesquisa Educacional	68
Teoria e Prática do Ensino da Educação Matemática	102	Ensino de Matemática	136

Teoria e Prática do Ensino de História e Geografia	102	Ensino de História	68
Alfabetização e Letramento	136	Alfabetização e Letramento	136
Estágio Supervisionado Sob Forma de Prática Ensino II	136	Estágio Sup. Sob a Forma de Prática de Ensino II	136
Literatura Infantil	68		
Política Educacional Brasileira I	136		
Teoria e Prática do Ensino de Língua Portuguesa	68	Ensino da Língua Portuguesa	68
Teoria e Prática do Ensino de Ciências da Naturais	68	Ensino de Ciências	68
4 ANO		4 ANO	
Libras	68	Libras	68
Política Educacional Brasileira II	68	Política Educacional I	68
Trabalho e Educação	68	Política Educacional II	68
Fundamentos da Educação Infantil	136	Fundamentos da Educação Infantil	136
Fundamentos da Educação Especial	136	Fundamentos da Educação Especial	136
Estágio Supervisionado Sob Forma de Prática Ensino III	136	Estágio Supervisionado Sob Forma de Prática Ensino III	136
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	68	Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	68
Teoria e Prática do Ens. de Ciências Naturais	68		
Teoria e Prática do Ens. de Língua Portuguesa	68		
		Corpo, Movimento e Educação	68
		Ensino de Arte	68

Observações:

1. Devem constar todas as disciplinas do Projeto Político Pedagógico em vigor e do projeto proposto, mesmo as disciplinas que não têm equivalência.
2. O quadro de equivalência deve ser utilizado nos casos de retenção e trancamento.

VIII - PLANO DE IMPLANTAÇÃO

Implantação gradativa a partir de 2023.

IX - EMENTARIO DAS DISCIPLINAS

1º Ano

Disciplina: Didática e Teorias Pedagógicas					
Carga-horaria Total	C/H teorica	C/H pratica	C/H APS	C/H APCC	C/H EXT
68	68			10	7
Ementa: Concepções de didática e teorias pedagógicas construídas ao longo da história do pensamento educacional. A didática das diferentes teorias pedagógicas e suas configurações sócio-educacionais.					

Disciplina: Ensino de Geografia					
Carga-horaria Total	C/H teorica	C/H pratica	CIH APS	C/H APCC	C/H EXT
68	68			10	7
Ementa: Os fundamentos teóricos e metodológicos do ensino de Geografia na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Os conceitos e conhecimentos sobre espaço geográfico, território, natureza e paisagem, migração e ocupação, formação de fronteiras; hidrografia e mudança de paisagens local; estudo das formas de representação espacial; noções de deslocamento e espacialidade, visando o pensamento espacial; planejamento, execução e avaliação das atividades de ensino e aprendizagem de Geografia. Relacionar as atividades didáticas com a Prática Pedagógica e atividades de Extensão.					

Disciplina: Filosofia					
Carga-horaria Total	C/H teorica	C/H pratica	CIH APS	C/H APCC	C/H EXT
68	68			10	7
Ementa: Estudo dos grandes blocos de pensamento produzidos pela humanidade ao longo da história da sociedade e como este pensamento, agrupado em linhas epistemológicas, constitui as modernas correntes filosóficas que fornecem, na atualidade, o respaldo teórico-metodológico para produzir o novo conhecimento, tais como: empirismo, racionalismo, idealismo, fenomenologia, estruturalismo e o materialismo histórico.					

Disciplina: Fundamentos da Gestão Educacional					
Carga-horaria	C/H teorica	C/H pratica	CIH APS	C/H APCC	C/H EXT



Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Reitoria - CNPJ 78.680.337/0001-84 - www.unioeste.br

Fone: +55 (45) 3220-3000 | Rua Universitária, 1619

Jardim Universitário | CEP 85819-110 | Cascavel/PR | Brasil



Total					
68	68			10	7
Ementa: Teorias que embasam as organizações e suas implicações para a organização administrativa e pedagógica da escola.					

Disciplina: Gestão Escolar					
Carga-horária Total	C/H teorica	C/H pratica	CIH APS	C/H APCC	C/H EXT
68	68			10	7
Ementa: Gestão escolar e as atribuições do diretor escolar sob os princípios da autonomia administrativa, financeira e pedagógica. Especificidade do trabalho do pedagogo nos espaços não escolares.					

Disciplina: História da Educação I					
Carga-horária Total	C/H teorica	C/H pratica	CIH APS	C/H APCC	C/H EXT
68	68			10	7
Ementa: Correlação das ideias educacionais à produção da vida humana, analisando o processo de transformação social e educacional desde a passagem da sociedade gentílica para a escravista até a consolidação da sociedade capitalista, situando neste, o debate acerca da criação da escola pública.					

Disciplina: Literatura Infantil					
Carga-horária Total	C/H teorica	C/H pratica	CIH APS	C/H APCC	C/H EXT
68	68			10	7
Ementa: Estudos dos conceitos de literatura, literatura infantil e leitura. A formação do leitor de literatura infantil. A literatura infantil brasileira. Encaminhamentos metodológicos de leitura da literatura para educação infantil e anos iniciais no Ensino Fundamental.					

Disciplina: Metodologia da Pesquisa					
Carga-horária Total	C/H teorica	C/H pratica	CIH APS	C/H APCC	C/H EXT
68	68			10	7
Ementa: Fundamentos da Metodologia Científica. Métodos e Técnicas de Pesquisa. Normas para Elaboração de Trabalhos Acadêmicos. Projeto de Pesquisa. Planejamento da atividade acadêmica. Organização de trabalho científico (Normas ABNT).					

Disciplina: Psicologia da Educação I					
Carga-horária Total	C/H teorica	C/H pratica	CIH APS	C/H APCC	C/H EXT
68	68			10	7
Ementa: Análise do(s) objeto(s) de estudo da(s) psicologia(s), da sua história e consolidação como área de conhecimento, conceitos básicos de aprendizagem e desenvolvimento humanos em consonância com as necessidades do futuro pedagogo.					

Disciplina: Sociologia					
Carga-horária Total	C/H teorica	C/H pratica	CIH APS	C/H APCC	C/H EXT
68	68			10	7
Ementa: Estudo das teorias gerais da Sociologia enquanto instrumentos teórico-metodológicos para a análise e compreensão dos problemas sociais: direitos humanos e educação.					

2º Ano

Disciplina: Estágio Supervisionado Sob Forma de Prática Ensino I					
Carga-horária Total	C/H teorica	C/H pratica	CIH APS	C/H APCC	C/H EXT
136	68	68		5	16
Ementa: Desenvolvimento e estágio junto às instituições de Educação Básica da Rede Estadual, nos Anos Finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, direcionado ao trabalho do pedagogo Articulador do processo pedagógico e de gestão escolar.					

Disciplina: Filosofia da Educação					
Carga-horária Total	C/H teorica	C/H pratica	CIH APS	C/H APCC	C/H EXT
136	136			20	16
Ementa: Considerando os determinantes sociais e a materialidade histórica, esta disciplina objetiva o estudo, a análise, a socialização dos conhecimentos mais desenvolvidos e a compreensão da educação e da escola numa perspectiva crítica, unitária, coerente e transformadora, no intuito de contribuir com a transformação social e a emancipação humana.					

Disciplina: História da Educação II					
Carga-horária Total	C/H teorica	C/H pratica	CIH APS	C/H APCC	C/H EXT
136	136			20	16
Ementa: Concepções e objetivos da história da Educação Brasileira, suas inter-					

relações na importância para a compreensão da realidade educacional. Desenvolvimento do processo educacional nos períodos colonial, imperial e republicano. O tratamento das relações Étnico-Raciais, Afro-Brasileira e Indígena e a diversidade religiosa na escola brasileira.

Disciplina: Organização do Trabalho Pedagógico

Carga-horária Total	C/H teorica	C/H pratica	CIH APS	C/H APCC	C/H EXT
68	68			10	7

Ementa: Compreensão das concepções teórico-metodológicas que fundamentam a atuação do pedagogo na organização do trabalho administrativo e pedagógico da escola.

Disciplina: Psicologia da Educação II

Carga-horária Total	C/H teorica	C/H pratica	CIH APS	C/H APCC	C/H EXT
136	136			20	16

Ementa: Análise dos conceitos básicos de diferentes teorias atuais na área, com privilégio para a Psicanálise Freudiana, Construtivismo Piagetiano, Teoria histórico-cultural de Vygotsky, e Behaviorismo Radical articulando o material estudado à ação do futuro pedagogo.

Disciplina: Sociologia da Educação

Carga-horária Total	C/H teorica	C/H pratica	CIH APS	C/H APCC	C/H EXT
136	136			20	16

Ementa: Estudo da relação educação e sociedade como processo dinâmico, tanto de transformação como de reprodução das relações sociais, culturais, políticas e econômicas na sociedade capitalista. Análise das relações entre educação e movimentos sociais: movimentos sociais negro; movimentos sociais indígena; movimentos sociais do meio ambiente; movimentos sociais do campo; movimentos sociais de gênero e sexual.

3º Ano

Disciplina: Alfabetização e Letramento

Carga-horária Total	C/H teorica	C/H pratica	CIH APS	C/H APCC	C/H EXT
136	136			20	16

Ementa: Conceitos histórico-sociais de alfabetização e letramento. A oralidade, a leitura e a escrita no processo de alfabetização. Apropriação da língua oral e aprendizado da língua escrita. As matrizes teóricas do aprendizado do código escrito: base alfabética, ortografia, leitura e sua articulação com a produção textual e o processo de letramento. Interação na sala de aula. Aprendizado das convenções, dos

usos e das funções da escrita.

Disciplina: Ensino da Matemática

Carga-horária Total	C/H teorica	C/H pratica	CIH APS	C/H APCC	C/H EXT
136	136			20	16
Ementa: Os fundamentos teórico-metodológicos da educação matemática na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental. A articulação entre os conteúdos matemáticos: história e contextualização. Situações problema enquanto norteadoras do encaminhamento metodológico. Oralidade e texto matemático. O desenvolvimento do raciocínio lógico e a superação do ensino mecanizado.					

Disciplina: Ensino de Ciências

Carga-horária Total	C/H teorica	C/H pratica	CIH APS	C/H APCC	C/H EXT
68	68			10	7
Ementa: Estudo das relações entre homem e natureza mediadas pelo trabalho como origem da ciência, da tecnologia e da sociedade. As concepções do Ensino de Ciências Naturais e Educação Ambiental e suas implicações curriculares e pedagógicas: objetivos, conteúdos, metodologias, linguagens e processos de apropriação, da educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental.					

Disciplina: Ensino de História

Carga-horária Total	C/H teorica	C/H pratica	CIH APS	C/H APCC	C/H EXT
68	68			10	7
Ementa: Os fundamentos teóricos e metodológicos do ensino de História na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental. A História como ciência e representação; as fontes para o ensino de História: a escrita; o documento; imagens; memórias; noções de tempo, permanência e mudanças; a História do Paraná e a história local como lugar da experiência social; patrimônio histórico; Os fundamentos e a metodologia da disciplina devem apontar para a articulação entre a Prática Pedagógica e atividades de Extensão.					

Disciplina: Ensino de Língua Portuguesa

Carga-horária Total	C/H teorica	C/H pratica	CIH APS	C/H APCC	C/H EXT
68	68			10	7
Ementa: Concepções de língua, linguagem e texto, diversidade linguística e ensino da língua padrão. Os eixos norteadores do ensino da língua portuguesa: oralidade e escrita, leitura e produção de textos. Funções da escrita e as condições de produção de texto escrito na escola, avaliação do texto escrito. Leitura, condições escolares de formação do leitor e formas de operacionalização pedagógica dos conhecimentos,					

habilidade e estratégias envolvidas no processamento da leitura. Conhecimentos linguísticos e letramento.

Disciplina: Estado e Organização Escolar

Carga-horária Total	C/H teorica	C/H pratica	CIH APS	C/H APCC	C/H EXT
68	68			10	7
Ementa: Concepção de Estado em autores liberais e marxistas e sua relação com a organização da escola pública brasileira. Estado, leis e reformas educacionais diante do neoliberalismo no Brasil.					

Disciplina: Estágio Supervisionado Sob Forma de Prática Ensino II

Carga-horária Total	C/H teorica	C/H pratica	CIH APS	C/H APCC	C/H EXT
136	68	68		5	16
Ementa: Estágio direcionado ao trabalho do pedagogo articulador do trabalho pedagógico e docência nas áreas do conhecimento nos anos iniciais do Ensino Fundamental.					

Disciplina: Pesquisa Educacional

Carga-horária Total	C/H teorica	C/H pratica	CIH APS	C/H APCC	C/H EXT
68	68			10	7
Ementa: Discussão sobre correntes teórico-metodológicas. A pesquisa em educação e suas diferentes modalidades. Definição do objeto de estudo. Discussão e planejamento da pesquisa a ser realizada. Revisão bibliográfica. Elaboração do pré-projeto.					

4º Ano
Disciplina: Corpo, Movimento e Educação

Carga-horária Total	C/H teorica	C/H pratica	CIH APS	C/H APCC	C/H EXT
68	68			10	7
Ementa: Estudos do corpo a partir das construções históricas, sociais e culturais, considerando os fundamentos e práticas escolares para educação infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental.					

Disciplina: Ensino de Arte

Carga-horária Total	C/H teorica	C/H pratica	CIH APS	C/H APCC	C/H EXT
68	68			10	7

Ementa: Conceitos e metodologias das artes: Expressões e linguagens artísticas a partir da perspectiva multidisciplinar e sua vinculação ao espaço educativo. A arte e educação a partir do viés dialógico, a arte dramática e musical na educação infantil, as artes visuais nos anos iniciais do ensino fundamental, na educação inclusiva e profissional. A construção do conhecimento e a especificidade das linguagens teatral, musical e estética nas artes visuais: pintura, desenho, modelagem, colagem e vídeo nas dinâmicas de apreciação crítica, na experiência contemporânea.

Disciplina: Estágio Supervisionado Sob Forma de Prática de Ensino III

Carga-horária Total	C/H teorica	C/H pratica	CIH APS	C/H APCC	C/H EXT
136	68	68		5	16

Ementa: Estágio direcionado ao trabalho do pedagogo articulador do trabalho pedagógico e docência na educação infantil.

Disciplina: Fundamentos da Educação Especial

Carga-horária Total	C/H teorica	C/H pratica	CIH APS	C/H APCC	C/H EXT
136	136			20	16

Ementa: Compreensão do percurso histórico da Educação Especial: concepções de deficiência, com ênfase na superação do modelo biomédico para o modelo social e científico, na Educação Inclusiva; Estudo dos processos de aprendizagem e desenvolvimento das pessoas com deficiência/necessidades especiais com base na psicologia histórico-cultural; Os fundamentos teórico-metodológicos da teoria histórico-cultural e suas implicações/contribuições para a formação do professor pedagogo.

Disciplina: Fundamentos da Educação Infantil

Carga-horária Total	C/H teorica	C/H pratica	CIH APS	C/H APCC	C/H EXT
136	136			20	16

Ementa: História das concepções ocidentais de infância. Os atendimentos e a constituição do direito à educação da criança pequena no Brasil. A mediação pedagógica no cuidar e educar na educação infantil. O conhecimento de mundo e a dimensão simbólica: brinquedo, brincadeira, jogo, arte e movimento na aprendizagem e no desenvolvimento infantil. Fundamentos socioculturais das atividades lúdicas para a formação do(a) professor(a).

Disciplina: Libras

Carga-horária Total	C/H teorica	C/H pratica	CIH APS	C/H APCC	C/H EXT
68	68			10	7

Ementa: Conhecimento e desenvolvimento das habilidades básicas necessárias para aquisição da Libras – a Língua Brasileira de Sinais, modalidade visual e gestual das pessoas surdas. Abrange os conhecimentos gerais de comunicação visual, baseada em regras gramaticais da Língua de Sinais e do Segmento das Pessoas Surdas.

Disciplina: Política Educacional I

Carga-horária Total	C/H teóricas	C/H práticas	CIH APS	C/H APCC	C/H EXT
68	68			10	7

Ementa: Identificação dos nexos entre o modelo de produção capitalista, o Estado e a instituição das Leis e Reformas Educacionais da Política Educacional Brasileira: aspectos históricos e os desdobramentos político-pedagógicos.

Disciplina: Política Educacional II

Carga-horária Total	C/H teóricas	C/H práticas	CIH APS	C/H APCC	C/H EXT
68	68			10	7

Ementa: Exame da formulação da política educacional brasileira contemporânea – legislação, projetos e programas –, como resultado das disputas entre os projetos educacionais dos diferentes grupos sociais.

Disciplina: TCC

Carga-horária Total	C/H teóricas	C/H práticas	CIH APS	C/H APCC	C/H EXT
68	68			10	

Ementa: Desenvolvimento da pesquisa. Trabalho de orientação da pesquisa. Elaboração e redação científica do trabalho. Apresentação do trabalho de Conclusão de Curso.

X – DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES PRÁTICAS

A carga horária destinada à prática de cada disciplina será contemplada com atividades tais como: análises do fenômeno educativo, trabalho de campo, práticas laboratoriais, atividades de extensão e de pesquisa.

a) DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES PRÁTICAS DE LABORATÓRIO, DE SALA OU DE CAMPO (AP)

As atividades de laboratório são realizadas nas disciplinas como metodologia para análise e utilização de materiais pedagógicos, tais como jogos, componentes, mapas, equipamentos midiáticos, etc., disponíveis em diferentes espaços pedagógicos. Atividades de campo consistem em visitas a escolas, instituições de ensino e atendimento social e órgãos de gestão.

b) DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES PRÁTICAS SUPERVISIONADAS (APS)

As APS são atividades desenvolvidas sob a orientação, supervisão e avaliação de docentes e realizadas pelos acadêmicos em horários diferentes daqueles destinados às atividades presenciais. Podem ser consideradas APS: estudos dirigidos, trabalhos individuais, trabalhos em grupo, desenvolvimento de projetos, atividades em laboratório, atividades de campo, oficinas, pesquisas, estudo de casos, seminários, desenvolvimento de trabalhos acadêmicos, dentre outras.

c) DESCRIÇÃO DAS PRÁTICAS COMO COMPONENTES CURRICULARES (APCC)

Visando atender às especificidades teóricas de cada disciplina na estrutura curricular, articulada com os pressupostos orientadores das Diretrizes Curriculares Nacionais, o colegiado determinou que em cada disciplina houvesse um percentual de horas destinadas a atividades práticas, que, no total do curso, são iguais a 400 horas alocadas no interior das disciplinas, como dimensão prática. Referenda esta prática a Resolução 09 – CNE/CP, p. 23 que diz: “[...] implica vê-la como uma dimensão do conhecimento que tanto está presente nos cursos de formação, nos momentos em que se trabalha na reflexão sobre a atividade profissional”. Conforme descrito nos planos de ensino que são aprovados anualmente e considerando a autonomia de cada docente.

d) DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA (EXT)

As atividades acadêmicas de extensão estão em conformidade com a **Resolução nº 085/2021-CEPE** que aprova o regulamento das atividades acadêmicas de extensão na forma de componentes curriculares para os cursos de graduação, na modalidade presencial e a distância, da Unioeste. Será garantido pela distribuição de 10% do total da carga horária do curso. Um importante indicativo, desafio e garantia de que cada docente possa pensar sua atuação profissional calcada no Ensino de forma articulada com a extensão. Projetos individuais ou coletivos das disciplinas, organizados por área de Formação do Pedagogo e pelos Grupos de Pesquisa do curso, dentre outros, serão os norteadores das atividades da curricularização da Extensão e articuladores dos três eixos: ensino, pesquisa e extensão.

Em se tratando da extensão como atividade curricular obrigatória a carga horária esta distribuída de forma equitativa entre as disciplinas do curso. Nestes termos é de autonomia do professor das respectivas disciplinas a propositura de atividades de extensão que tenham o acadêmico como protagonista e, desta forma, constem nos planos de ensino a descrição metodológica das atividades. Destaca-se a obrigatoriedade das atividades de extensão para todas as disciplinas do curso conforme deliberado em assembleia.

XI - DESCRIÇÃO DO ESTÁGIO OBRIGATÓRIO E NÃO OBRIGATÓRIO

O Estágio Supervisionado sob a forma de Prática de Ensino é concebido como o eixo articulador da formação docente e componente curricular essencial e obrigatório.

De acordo com o anexo da **Resolução nº 082/2016-CEPE** (CASCAVEL, 2016), o estágio constitui-se como parte do processo de ensino e de aprendizagem

dos acadêmicos e articula-se à coerência teórica e metodológica do curso de Pedagogia. Nesse sentido, não tem um caráter de terminalidade, não se limita a um momento de cumprimento de carga horária prática, de ação, de técnica, de aplicação de atividades focalizadas exclusivamente ao “como ensinar” (SAITO, ZANOTTO, ZOIA, 2021).

A experiência do estágio supervisionado materializa a relação tempo/espaço na qual se expressa a dinâmica viva da prática profissional. É no chão da escola que se apresentam as contradições sociais, se objetivam os conflitos, os projetos e as possibilidades criativas do processo educacional. Nesse espaço, o acadêmico interage com o trabalho docente, com as possibilidades do processo ensino-aprendizagem, com os discentes e com os diferentes sujeitos integrantes da comunidade escolar. Nesse sentido, destaca-se a importância da vinculação indissociável teórico-prática, conforme afirma Vazquez (2011, p. 398) ao discutir o conceito de práxis como “[...] atividade material humana transformadora do mundo e do próprio homem. Essa atividade real, objetiva, é ao mesmo tempo, ideal, subjetiva e consciente”. Assim, tais vivências proporcionadas pela materialidade da experiência, quando mediadas pela dimensão teórica e reflexiva, oportunizam processos de transformação e de desenvolvimento da consciência.

O Estágio Supervisionado do curso de Pedagogia da Unioeste – campus Cascavel – estabelece como objeto de estudo a docência e o trabalho do pedagogo, e apresenta quatro objetivos – elencados de I a IV - conforme seu regulamento. Além desses objetivos, adicionamos o V e VI.

I – Possibilitar a formação discente em ambientes institucionalizados, na interação com a realidade profissional e o ambiente de trabalho;

II – Articular, ensino, pesquisa e extensão;

III – Estabelecer relação entre a teoria e a prática na organização do trabalho pedagógico, garantindo a socialização do conhecimento, para o aprimoramento discente e a integração da Unioeste com a sociedade;

IV – Possibilitar o desenvolvimento de um compromisso ético e profissional do discente em estágio na formação do pedagogo;

V - Oportunizar a apropriação dos conteúdos e metodologias das diferentes disciplinas/eixos do currículo escolar da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental, na perspectiva de consolidar de forma qualitativa o processo de ensino-aprendizagem;

VI - Propiciar a formação para ações de gestão na escola, envolvendo as dimensões administrativa, pedagógica, de pessoas e financeira.

A estrutura, a organização e as especificidades do Estágio Supervisionado estão amparadas nas diretrizes de estágio do curso de Pedagogia e da Universidade, conforme seguem respectivamente: **Resolução nº 082/2016-CEPE** e **Resolução nº 250/2021 - CEPE**.

Um outro aspecto a ser ressaltado é a organização do estágio supervisionado que mantém a estrutura direta e contínua de supervisão de um professor orientador com grupos de até 6 acadêmicos, possibilitando que haja um trabalho sistemático de reflexão do processo experienciado no campo permitindo um maior investimento a respeito da formação do profissional pedagogo.

O Estágio Obrigatório está organizado em: Estágio Supervisionado sob a forma de Prática de Ensino I, ofertado no segundo ano do curso, com carga horária de 136 horas, tendo como foco a gestão, contemplando conteúdos como: caracterização da escola – levantamento e análise de dados (matrículas, evasão/abandono escolar); Leitura e análise do Projeto Político Pedagógico da escola; Estudo com legislação educacional. Observações e entrevistas com equipe pedagógica, professores, alunos e gestor escolar; Análise do Financiamento educacional destinado para as escolas públicas; Análise sobre a participação da comunidade – grêmios estudantil e conselho escolar e Associação de Pais e Mestres (APM); Levantamento de uma problemática que envolve questões de gestão escolar e de articulação do trabalho pedagógico, para a elaboração de um projeto a ser desenvolvido pelos estagiários; Desenvolvimento do projeto de apoio pedagógico; Elaboração do relatório final de prática de ensino; Apresentação da experiência de prática de ensino no Seminário anual.

Na Prática de Ensino II, é ofertado no terceiro ano do curso direcionado ao trabalho do pedagogo articulador do trabalho pedagógico e docência nas áreas do conhecimento nos anos iniciais do Ensino fundamental.

Estágio Supervisionado sob a forma de Prática de Ensino III, é ofertado no quarto ano do curso, seguindo a mesma metodologia com foco na docência na Educação Infantil.

A lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 dispõe sobre o Estágio Não-Obrigatório, ou seja, “desenvolvido como atividade opcional, acrescida à Carga-horária regular e obrigatória do Curso o qual está vinculado o aluno. O Estágio não obrigatório é desenvolvido em instituições de educação ou afins, podendo ser remunerado ou voluntário, conforme a legislação reguladora da área, através de convênios entre a Universidade e o campo de estágio. Podendo ser aproveitado como parte da carga horária de Atividades Complementares.

XII - DESCRIÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Constitui-se, em conjunto com a pesquisa teórica e a prática da educação, em um dos componentes de aperfeiçoamento do futuro profissional, pois envolve a discussão sobre as correntes teórico-metodológicas em consonância com a pesquisa em educação em suas diferentes modalidades com a perspectiva do fomento a discussão e planejamento do trabalho a ser realizado, que envolve a orientação nas diferentes etapas de um projeto de pesquisa culminando com a efetiva elaboração e redação científica de um trabalho para posterior apresentação pública. A apresentação final pode ser em forma de Artigo Científico ou Monografia.

XIII - DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES

As Atividades Acadêmicas Complementares ocorrem mediante o aproveitamento de conhecimentos adquiridos pelo estudante, através de estudos e práticas independentes. Nesses termos, considerar-se-ão Atividades Acadêmicas Complementares: iniciação a pesquisa; apresentação e/ou organização de eventos; trabalhos publicados em revistas indexadas, jornais e anais, bem como apresentação em trabalhos científicos e aprovação ou premiação em concursos; atividades de extensão; vivências de gestão e atividades artístico-culturais, esportivas e produções técnico científicas. A carga-horária mínima das atividades complementares do Curso é de 210 horas, as quais serão desenvolvidas em horário diferenciado das disciplinas do curso, seguindo critérios de diversidade de cursos, temáticas afins a educação e procedência regulamentada, passando por análise do colegiado para aprovação.

Ensino, Pesquisa e Extensão

A Universidade Estadual do Oeste do Paraná define seus princípios pedagógicos e políticos a partir da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão. O Curso de Pedagogia, por sua vez “[...] considera que a proposta de ensino, concomitante com a pesquisa e a extensão, deve compor o quadro de atividades desenvolvidas no âmbito do curso. Dessa forma, prima-se pela indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão, pela defesa da escola pública, gratuita, laica e universal, referenciada nos interesses e necessidades dos trabalhadores” (PPP, 2008:08).

A indissociabilidade deve impactar em ações efetivas demandadas a partir da Estrutura Curricular organizada em função de atingir o perfil profissional desejado e que se disseminem em atividades diversificadas do ato de ensinar a aprender e ensinar a ensinar, ensinar a pesquisar e disseminar os resultados de pesquisas e experimentos de ensino para o entorno social, de forma ativa e conjunta, unindo profissionais das diversas áreas do Curso de Pedagogia, alunos dos diversos anos da graduação e dos níveis de Pós-Graduação.

Mas esta perspectiva mercadológica e ou tecnicista também norteou o ensino público. Calcado em um princípio de hierarquização (CHAUI, 1998; CHAUI e SANTIAGO, 2018) entre quem produz e quem ensina, produziu-se uma representação de docente pesquisador próximo do ensino pós-graduado, que só pesquisava, relegando a profissionais de menor titulação e ou iniciantes na carreira, o ensino de graduação. A extensão, por sua vez, neste íterim, vista apenas como prestação de serviço, ficou marginalizada e restrita a poucas áreas do conhecimento. Como disseram Dias Sobrinho (2014) e Dagnino (2015), um conflito que se expressou nos tensionamentos sobre em que medida o ensino e a produção de conhecimento deveriam centrar-se nas demandas mercadológicas pautadas por um mundo laboral mais instável e flexível, direcionado principalmente à competitividade e ao crescimento econômico de empresas (DIAS SOBRINHO, 2014; DAGNINO, 2015); ou se o ensino, a pesquisa e a extensão deveriam preparar indivíduos e produzir conhecimento, ainda que aptos a exercer suas funções produtivas, para atuar crítica e reflexivamente diante de problemas sociais (DIAS SOBRINHO, 2014; DAGNINO, 2015).

A vinculação entre os termos do tripé teve impulso definitivo no

amadurecimento conceitual sobre os significados da extensão universitária. Esta investida firmou-se no cenário atual pela atuação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (Forproex). A partir da redemocratização brasileira em 1988, e com o fortalecimento da discussão sobre o compromisso social da universidade pública diante deste novo período democrático, os debates sobre a extensão ganharam fôlego, sobretudo com a criação da entidade em 1987. De lá para cá, segundo Diniz (2012) e Souza (2010), o Fórum vêm se mostrando como o principal ator extensionista em âmbito nacional, tanto conceitualmente quanto no desenho de políticas nacionais de extensão, tais como o Plano Nacional de Extensão (FORPROEX, 1999) e a Política Nacional de Extensão (FORPROEX, 2012). Em seu primeiro encontro (1987), o Forproex definiu extensão como: [...] o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade.

A adoção do tripé de forma indissociável no Curso de Pedagogia, deve ser este processo educativo, cultural e científico e primar pela relação interprofissional dos docentes formadores dos profissionais de ensino; deve interconectar os três eixos formadores na execução de projetos de Pesquisa com projetos de Extensão envolvendo aqueles que aprendem, sejam profissionais seniores ou jovens, alunos de graduação ou pós-graduação; ser, portanto, um investimento de ruptura com uma identidade forjada historicamente no interior de Instituições de ensino superior.

XIV - DESCRIÇÃO DA PESQUISA

Pesquisar também pressupõe ensinar. Seja como um momento de disseminação dos resultados, seja como um momento de produção dos dados, a indissociabilidade entre pesquisar e ensinar é notável, dado os momentos didáticos e ou procedimentais de construí-la. Ao mesmo tempo, trata-se de um fazer não solitário em que o profissional de ensino necessita dialogar, produzir e divulgar em parceria. O docente do Curso de Pedagogia deve inserir os alunos de graduação com diálogos com a pós-graduação na execução dos projetos sob sua orientação. A interconexão desses dois níveis de ensino devem aparecer na execução dos TCC's, iniciação científica, Dissertações e Teses, na disseminação por meio de exposição em Eventos Científicos, organização e publicação de resultados na forma de seus diversos produtos (livros, capítulos de livros, artigos, comunicações). Os Grupos de Pesquisas e as Redes de Pesquisa, devem formar um ambiente de encontro e formação contribuindo para o amadurecimento acadêmico do profissional em formação.

O caráter formativo do profissional de Pedagogia deve carregar os princípios do trabalho coletivo, não hierarquizado, que valorize o conhecimento popular no ambiente escolar e fora dele e que deve ser colocado em diálogo com o saber acadêmico.

XV - DESCRIÇÃO DA EXTENSÃO

A extensão deve ser considerada como um dos ambientes fundamentais do processo educativo, cultural e acadêmico do Curso de Pedagogia. Socializar o conhecimento

até o entorno social do ambiente de formação acadêmico é uma forma de reconectar sociedade e universidade e oferecer uma dimensão ativa e contributiva quando o saber produzido internamente impacte positivamente na vida social. A extensão, ao ser potencializada pela pesquisa e os objetivos de ensino, inserirá o novo profissional em realidades e situações de aprendizagem movidas por situações limites novas e ancoradas pelo fazer profissional mais experimentado.

As atividades de extensão, garantidas pela distribuição de 10% do total da carga horária do curso, será importante indicativo, desafio e garantia de que cada docente possa pensar sua atuação profissional calcada no Ensino de forma articulada com a pesquisa. Projetos individuais das disciplinas, coletivos, divididos por área de Formação, direcionados por Grupos de Pesquisa, dentre outros, deverão ser os norteadores das atividades de Extensão e articuladores dos três eixos ensino, pesquisa e extensão.

XVI - CORPO DOCENTE EXISTENTE E NECESSARIO

NOME DO DOCENTE	TITULAÇÃO		RT TIDE	DISCIPLINAS (listar as disciplinas ministradas pelo docente na atual proposta)
	Graduação e Pós- graduação área de conhecimento da titulação; (Descrever a área do título)	Ano de conclusão/ Instituição da última titulação		
Acir Dias da Silva	1991-1994: Graduação em Pedagogia - UNIOESTE. 1997-1999: Mestrado em Educação - UNICAMP. 2001-2004: Doutorado em Educação - UNICAMP. 2011: Pós-Doutorado – UNICAMP - Área: Lingüística, Letras e Artes / Área: Artes.	2004 – UNICAMP	40 TIDE	Orientação de Estágio Supervisionado sob Forma de Prática de Ensino II.
Adrian Alvarez Estrada	1992-1995: Graduação em Pedagogia – USP. 1997-2000: Mestrado em Educação - USP. 2001-2004: Doutorado em Educação – USP.	2004 – USP	40 TIDE	Teoria das Organizações e Gestão Escolar Orientação de TCC
Andrea Cristina Martelli	1991-1994: Graduação em Pedagogia – UNIOESTE. 1997-1999: Mestrado em Educação – UNICAMP. 2006-2009: Doutorado em Educação – UNICAMP.	2009 – UNICAMP	40 TIDE	Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Organização do Trabalho Pedagógico; Orientação de TCC;

Aparecida Favoretto	1987-1993: Graduação em História-UEM. 1994-1996: Especialização em Fundamentos da Educação. - UEM. 1995-1998: Mestrado em Educação - UEM. 2005-2008: Doutorado em Educação - UFPR.	2008 – UFPR	40 TIDE	Sociologia da Educação I; Orientação de TCC;
Claudia Barbosa	1989-1994: Graduação em Psicologia. – UNESPAR. 2000-2002: Mestrado em Psicologia. – PUCRS. 2005-2008: Doutorado em Psicologia. – USF. 2016-2020: Graduação em Pedagogia. FAG. 2021: Pós-Doutorado em Ciências Humanas. - UEM	2021 – UEM	40 TIDE	Psicologia da Educação II; Literatura Infantil; Fundamentos Didáticos Pedagógicos II;
Cléria Maria Wendling	1997–2001: Graduação em Pedagogia. – UFSM. 2002–2004: Mestrado em Educação. – UFSM. 2018-2022: Doutorado em Ensino de Ciências e Matemática – UNIOESTE	2022 – UNIOESTE	40 TIDE	Teoria e Prática do Ensino de Ciências Naturais; Orientação de TCC; Orientação de Estágio - Prática de Ensino II;
Deonir Luís Kureck	1986–1990: Graduação em Filosofia. - UFSM. 1997–1999: Mestrado em Educação. - UFSM. 2006–2009: Doutorado em Educação. UFPEL.	2009 – UFPEL	40 TIDE	Filosofia; Orientação de TCC; Orientação de Estágio - Prática de Ensino II;

Elenita Conegero Pastor Manchope	1986-1991: Graduação em Pedagogia. – UEM 1999-2002: Mestrado em Educação. – UEM 2013-2016: Doutorado em Letras. – UNIOESTE.	2016 – UNIOESTE	40 TIDE	Literatura Infantil; Prática de Ensino II;
Eliana Maria Magnani	1989-1992: Graduação em Pedagogia. – UEM. 1996-1998: Mestrado em Educação. – UNICAMP. 2007-2008: Especialização em Psicopedagogia. - ESAP. 2008-2012: Doutorado em Educação. – UNICAMP.	2012 – UNICAMP	40 TIDE	Fundamentos da Educação Infantil; Psicologia da Educação; Orientação de Estágio;
Elvenice Tatiana Zoia	1993–1996: Graduação em Pedagogia. – UNIOESTE. 1997-1999: Especialização em Fundamentos da Educação – UNIOESTE. 2007–2009: Especialização em Psicologia Histórico-Cultural. – UEM. 2003–2004: Mestrado em Educação. – UFPR. 2021-2022: Doutorado em Educação.	2022 -	40 TIDE	Fundamentos da Educação Infantil; Orientação de TCC; Orientação de Estágio - Prática de Ensino III;
Fábio Lopes Alves	2002–2004: Graduação em História. – UNIPAR. 2009–2010: Mestrado em Ciências Sociais. – UNISINOS. 2011–2013: Doutorado em Ciências Sociais. – UNISINOS.	2013 – UNISINOS	40 TIDE	TCC; Orientação de TCC; Sociologia; Pesquisa Educacional; Orientação de Estágio - Prática de Ensino II;

<p>Heloir Aparecido Montanher</p>	<p>2004–2007: Graduação em Pedagogia. FAG. 2008–2012: Graduação em Letras/ Libras Licenciatura. – UFPR. 2008–2009: Especialização em Libras/Língua Portuguesa - Ed. Bilíngue p/ Surdos. - Instituto Paranaense de Ensino.</p>	<p>2009 – IPE</p>	<p>40 TIDE</p>	<p>Libras;</p>
<p>Ireni Marilene Zago Figueiredo;</p>	<p>1992–1995: Graduação em Pedagogia. – UNIOESTE. 1997–1998: Especialização em Fundamentos da Educação. - UNIOESTE. 1999–2001: Mestrado em Educação. – UNICAMP. 2002–2006: Doutorado em Educação. – UNICAMP</p>	<p>2006 – UNICAMP</p>	<p>40 TIDE</p>	<p>Política Educacional I; Educação e Trabalho;</p>
<p>Isabel Cristina Correa Roesch</p>	<p>1988–1992: Graduação em Educação Física. - UFSM. 1994–2000: Graduação em Pedagogia. - UFSM. 1996–1997: Especialização em Psicopedagogia. - Falcudades Franciscanas. 2010–2014: Doutorado em Educação. – UFSM.</p>	<p>2014 – UFSM</p>	<p>40 TIDE</p>	<p>Orientação de Estágio Supervisionado sob Forma de Prática de Ensino I; Orientação de TCC;</p>
	<p>1992–1995: Graduação em Pedagogia. - UNIOESTE 1997–1998: Especialização em</p>	<p>2006 – UNICAMP</p>	<p>40 TIDE</p>	<p>Política Educacional; Brasileira II;</p>

Isaura Monica Souza Zanardini;	Fundamentos da Educação. – UNIOESTE. 1999–2001: Mestrado em fundamentos da educação. – UEM. 2002–2006: Doutorado em Educação. – UNICAMP.			Orientação de TCC;
Jane Peruzo Iacono	1976–1978: Graduação em Letras. – FAFIU. 2002–2004: Mestrado em Educação. – UEM. 2010–2014: Doutorado em Letras. – UFBA.	2014 – UFBA	40 TIDE	Fundamentos da Educação Especial; Orientação de TCC;
Janete Ritter	1991-1996: Graduação em Pedagogia. – UNIOESTE. 2004-2006: Mestrado em Educação. – UFPR. 2011-2016: Doutorado em Educação. – UNICAMP.	2016 – UNICAMP	40 TIDE	Alfabetização e Letramento;
João Batista Zanardini	1995–1997: Graduação em Licenciatura Plena Matemática. – UNIOESTE. 2001–2003: Especialização em Fundamentos da Educação. – UNIOESTE. 2002–2004: Mestrado em Educação – UEM. 2004–2008: Doutorado em Educação–UFSC.	2008 – UFSC	40 TIDE	Trabalho e Educação; Orientação de TCC;
João Carlos da Silva	1987-1992: Graduação. - UEM 1994-1996: Especialização em Fundamentos da Educação. – UNIOESTE.	2008 – UNICAMP	40 TIDE	História da Educação II; Orientação de TCC;

	<p>1996-1999: Mestrado em educação – UEM.</p> <p>2004-2008: Doutorado em Filosofia e História da Educação – UNICAMP.</p> <p>2014-2016: Pós-doutorado em História e memória da Educação – UESB.</p>			
José Carlos dos Santos	<p>1983-1986: Graduação em Filosofia.</p> <p>1993-1995: Mestrado em História. – UFSC.</p> <p>1999-2001: Doutorado em História. – UFPR.</p>	2001 – UFPR	40 TIDE	Teoria e Prática do Ensino de História e Geografia;
José Luís Derisso;	<p>1980–1994: Graduação em História. - USP.</p> <p>2004–2006: Mestrado em Educação. – UFSCAR.</p> <p>2008–2012: Doutorado em Educação Escolar. UNESP.</p>	2012 – UNESP	40 TIDE	História da Educação I; Orientação de TCC;
Liliam Faria Porto Borges	<p>1984-1990: Graduação em História. – UNICAMP.</p> <p>1997-2000: Mestrado em Educação. – PUC/SP</p> <p>2002-2006: Doutorado em Educação. – UFSCar.</p>	2006 - UFSCar	40 TIDE	Sociologia; História da Educação ; Prática de Ensino;
Lucia Terezinha Zanato Tureck	<p>1973–1975: Graduação em Pedagogia. – UEPG.</p> <p>2001–2003: Mestrado em Educação. -. UEM.</p> <p>2010–2014: Doutorado em Letras e Linguística. UFBA.</p>	2014 – UFBA	40 TIDE	Fundamentos da Educação Especial; Orientação de TCC;

<p>Márcia Regina Ristow</p>	<p>1996–1999: Graduação em História. – UNIOESTE. 2002–2003: Especialização em Educação Infantil. – IESDE. 2000–2002: Mestrado em História. – UFF. 2007 – 2011: Doutorado em Educação: - PUC/SP.</p>	<p>2011 – PUC/SP</p>	<p>40 TIDE</p>	<p>Coordenação de Estágio Supervisionado sob Forma de Prática de Ensino II; Orientação de TCC;</p>
<p>Marco Antonio Batista Carvalho;</p>	<p>1993–1996: Graduação em Licenciatura Plena em Ciências. – UEM. 1997–1998: Especialização em Gestão Pedagógica. – UEM. 2000–2001: Mestrado em Educação. – UEM. 2002–2003: Especialização em Formação de Orientadores Acadêmicos Para a Modalidade a Distância. – UFMT. 2010–2013: Doutorado em Letras e Linguística. – UFBA.</p>	<p>2013 – UFBA</p>	<p>40 TIDE</p>	<p>Teoria e Prática do Ensino de Educação-Matemática; Orientação de TCC;</p>
<p>Maria Ester Rodrigues</p>	<p>1985–1990: Graduação em Psicologia. – UFPR. 1994–1996: Especialização em Psicologia Clínica. – UFPR. 1998–2000: Mestrado em Educação: Psicologia da Educação - PUC/SP. 2000–2005: Doutorado em Educação: Psicologia da Educação - PUC/SP.</p>	<p>2005 – PUC/SP</p>	<p>40 TIDE</p>	<p>Psicologia da Educação I; Psicologia da Educação II; Orientação de TCC; Orientação de Estágio Supervisionado sob Forma de Prática de Ensino III;</p>

Maria Inalva Galter	1990-1993: Graduação em Pedagogia. – UNIOESTE. 1999-2002: Mestrado em Fundamentos da Educação. – UEM 2006-2012: Doutorado em Educação. – UNICAMP. 2014-2016: Pós-Doutorado em Ciências Humanas. – UNESPAR.	2016 - UNESPAR	40 TIDE	Sociologia;
Maria Lídia Sica Szymanski	1968–1971: Graduação em Pedagogia. – USP. 1972–1972: Especialização em Supervisão Escolar. - PUC/SP. 1971–1973: Graduação em Educação Artística - Música. – FASM. 1982–1985: Graduação em Psicologia. - Tuiuti. 1986–1987: Graduação em Formação de Psicólogo. - Tuiuti. 1983–1984: Especialização em Metodologia do Ensino de Ciências. – UNIOESTE. 1973–1978: Mestrado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – USP. 1978–1983: Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano. – USP.	1983 - USP	40 TIDE	Psicologia da Educação I e II; Orientação de TCC;
Marijane Zanotto	1991-1995: Graduação em Geografia. – FACIBEL. 1997-2000: Graduação em Pedagogia.	2014 - UERJ	40 TIDE	Orientação TCC;

	<p>– UNIOESTE. 2004-2006: Mestrado em Educação. – UEPG. 2010-2014: Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana. - UERJ</p>			
Neide da Silveira Duarte de Matos	<p>2000–2004: Graduação em Pedagogia. – UNIOESTE. 2009–2011: Mestrado em Educação. – UNIOESTE. 2015-2019: Doutorado em Psicologia-UEM</p>	2019 – UEM	40 TIDE	Coordenação de Estágio Supervisionado sob Forma de Prática; de Ensino III;
Neiva Gallina Mazzuco	<p>1979–1982: Graduação em Pedagogia. – FECIVEL. 2002–2004: Mestrado em Educação-UEM 2011–2014: Doutorado em Letras e Linguística. – UFBA.</p>	2014 – UFBA	40 TIDE	Teoria e Prática do Ensino de Educação- Matemática;
Paulo Humberto Porto Borges	<p>1987–1990: Graduação em História. – UNICAMP. 1996–1998: Mestrado em Educação. – UNICAMP. 1999–2003: Doutorado em Educação. – UNICAMP.</p>	2003 – UNICAMP	40 TIDE	Filosofia; Filosofia da Educação; Metodologia da Pesquisa;
Paulino José Orso	<p>1984–1989: Graduação em Filosofia. – UNILASALLE. 1994-1996: Mestrado em Educação. – UNICAMP. 1999–2003: Doutorado em Educação. – UNICAMP.</p>	2003 - UNICAMP	40 TIDE	Orientação de TCC;

Rejane Teixeira Coelho	1988–1992: Graduação em Psicologia. – UGF. 1999–2002: Mestrado em Psicologia. – PUC/SP. 2004–2008: Doutorado em Psicologia. – PUC/SP.	2008 – PUC/SP	40 TIDE	Psicologia da Educação I e II; Orientação de TCC;
Roberto Antonio Deitos;	1989–1992: Graduação em Pedagogia. – UNIOESTE. 1998–2000: Mestrado em Educação. – UNICAMP. 2001–2005: Doutorado em Educação. – UNICAMP.	2005 – UNICAMP	40 TIDE	Política Educacional Brasileira II; Orientação de TCC;
Simone Sandri	1998-2001: Graduação em Pedagogia. – UNIOESTE 2005-2007: Mestrado em Educação. – UFPR. 2012-2016: Doutorado em Educação–UFPR.	2016 - UFPR	40 TIDE	Teoria das Organizações e Gestão Escolar;
Tânia Maria Recchia Schroeder	1983– 986: Graduação em Pedagogia. – UFPR. 1994–1998: Mestrado em Metodologia do Ensino. – UNICAMP. 2001–2005: Doutorado em Educação. – UNICAMP.	2005 – UNICAMP	40 TIDE	Fundamentos Didáticos-Pedagógicos I; Orientação de TCC;
Valdecir Soligo	1998–2001: Graduação em História. – UNIOESTE. 2009–2013: Graduação em Pedagogia. UNIP. 2006–2008: Mestrado em Educação. – UPF.	2013 – UNISINOS	40 TIDE	Estado e Organização Escolar; Pesquisa Educacional; Metodologia da Pesquisa; Orientação de TCC;

	2009–2013: Doutorado em Educação. – UNISINOS.			
Vilmar Malacarne	1991–1994: Graduação em Filosofia. – UFSM. 1995–1997: Mestrado em Educação. – UFSM. 2003–2007: Doutorado em Educação. – USP.	2007 - USP	40 TIDE	Orientação de TCC; Ensino de Ciências;
Adelize Trentin Leme	2001-2004: Graduação em Pedagogia. - UNIPAR. 2014-2016: Mestrado em Educação. - UNIOESTE. 2017-2021: Doutorado em Educação. - UFPR	2021 – UFPR	40	Psicologia da Educação II Organização do Trabalho Pedagógico Estágio Sup. Sob a Forma de Prática de Ensino II e III; Orientação de TCC.
Ana Maria Pelagio	1983-1986: Graduação em Pedagogia. – UNIOESTE; 1996-2020: Graduação em Direito. – UNIVEL; 2020: Graduação em Letras. – UNIPAR; 2001: Mestrado em Comunicação e Semiótica. – PUC/SP 2016: Doutorado em Educação. – UNISINOS;	2016 - UNISINOS	40	Estado e Organização Escolar; Política Educacional Brasileira II;
Edemir José Pulita	1995–1999: Graduação em Filosofia. – UNIOESTE. 2003–2008: Graduação em Psicologia. – UEL.	2017 – UNB	40	Filosofia da Educação; Orientação Prática de Ensino I;

	<p>2016–2018: Graduação em Pedagogia. - UNINTER.</p> <p>2010–2012: Mestrado em Engeniérie des Mídias pour l'Education. Universidade de Poitiers (França). Diploma revalidado: Mestrado em Educação. UNB.</p> <p>2013–2017: Doutorado em Educação. – UNB.</p>			
Kassiana da Silva Miguel	<p>2020-2021: Graduação em Pedagogia. UNINTER.</p> <p>2008-2013: Graduação em Ciências Biológicas. UNIOESTE.</p> <p>2014-2016: Mestrado em Educação Científica e Tecnológica. – UFSC</p> <p>2017-2021: Doutorado em Educação em Ciência e Educação Matemática. – UNIOESTE.</p>	2021 - UNIOESTE	4º	Política Educacional Brasileira I;
Marciana Pelin Kliemam	<p>1997–2000: Graduação em Tecnologia em Processamento de Dados. – FACIVEL.</p> <p>2000–2002: Graduação em Matemática. – UTFPR;</p> <p>2012–2014: Graduação em Pedagogia. - Faculdade Entre Rios do Piauí;</p> <p>2017-2020: Graduação em Letras. – UNINTER</p> <p>2004–2006: Mestrado em Educação. - UNIOESTE.</p>	2018 - UNIOESTE	20	Fundamentos da Educação Especial;

	2015–2018: Doutorado em Letras. - UNIOESTE.			
Marlene Lucia S. Sapelli	1980-1983: Graduação em Pedagogia. – FECIVEL. 1999-2000: Especialização em Fundamentos da Educação. – UNIOESTE. 2000-2001: Mestrado em Educação. – UEM. 2010-2013: Doutorado em Educação.- UFSC.	2013 – UFSC	40	Alfabetização e Letramento; Teoria e Prática Ens. Língua Portuguesa ; Fundamentos Didáticos Pedagógicos II;
Suzana Schneid Scherer	2006-2010: Graduação em Educação Física. – UFPel. 2010-2011: Especialização em Educação. – IFSul. 2012-2014: Mestrado em Educação Física. – UFPel. 2016-2020: Doutorado em Educação. – UFPel.	2020 – UFPel	40	Fundamentos Didáticos Pedagógicos I; História da Educação II; Estado e Organização Escolar;

RESUMO QUANTITATIVO DE DOCENTES PELA ÚLTIMA TITULAÇÃO:

Graduados: 0

Especialistas: 1

Mestres: 0

Doutores: 45

Pos-Doutores:3

TOTAL: 46 Docentes. Destes, 39 são docentes efetivos e 7 são docentes colaboradores nesse momento.

(No caso de docentes necessarios, colocar no lugar do nome do docente a expressão “a contratar”, preenchidos os outros dados de acordo com o que se deseja).

VIII - RECURSOS EXISTENTES E NECESSÁRIOS:

(Para os novos cursos, tomar como base as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais; nos casos de alteração de Projeto Político-Pedagógico, tomar como base as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais, o Parecer de Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento do Conselho Estadual de Educação e outras orientações específicas do que é necessário para cada curso)

A) RECURSOS HUMANOS PARA ADMINISTRAÇÃO DO CURSO - TÉCNICOS E DOCENTES:

- 1- Recursos humanos existentes:
40 docentes efetivos; 7 docentes colaboradores; 2 estagiários de nível superior.
- 2- Recursos humanos necessários:

Um docente com formação em Educação Física.

B) RECURSOS FÍSICOS:

{Descrever a estrutura física existente e necessária ao curso, como: salas de aula, laboratórios, salas para administração do curso, salas para professores, etc.}

- 1- Recursos físicos existentes:
Uma sala para administração e Coordenação do Curso, contendo um banheiro; Uma copa; Depósito para armazenamento de arquivos/documentos inutilizados; Uma sala destinada à coordenação das Práticas de ensino I, II e III; Uma sala voltada para reuniões; Um laboratório amparado por diversos materiais pedagógicos, como jogos e livros, além da utilização de quatro salas de aula no período diurno e noturno.
- 2- Recursos físicos necessários:
Readequação do espaço da Coordenação do Curso que já é uma promessa que se arrasta por mais de 10 anos. Há, inclusive, em tramitação a mais de dois anos, um projeto de reforma do espaço.

C) RECURSOS MATERIAIS P/ ADMINISTRAÇÃO DO CURSO:

(descrever os recursos existentes e os necessários ao curso, como: computadores para administração do curso, arquivos, mesas etc.)

- 1- Recursos materiais existentes.

Contém quatro monitores e cabos; Quatro teclados; Quatro CPUs; Quatro

mouses; Uma caixa de som; Um telefone; Uma impressora; Cinco mesas de computador; Uma mesa de reunião; Um sofá; Um armário de pastas suspenças; Sete armários; Quatro cadeiras de rodinhas; Onze cadeiras; Três gaveteiros de computador; Dois suportes para computador; Uma geladeira; Oito armários de ferro.

2- Recursos materiais necessarios.

Dos computadores existente, todos são máquinas velhas e que, inclusive, não permitem um upgrade, dado que seus componentes já são obsoletos, segundo informação do setor de informática do Campus. Assim, necessitamos, com urgência de três computadores novos.

D) RECURSOS BIBLIOGRÁFICOS:

1. Recursos bibliograficos existentes:
Acervo de livros da Biblioteca Central da instituição no Campus de Cascavel e com possibilidade de acesso ao acervo das outras bibliotecas nos demais campis.
2. Recursos bibliográficos necessarios:

E) RECURSOS DE LABORATORIOS:

- 1- Recursos existentes de laboratorio:
Laboratório de informática do campus; Laboratório destinado a Prática de Ensino;
- 2- Recursos necessarios de laboratorio: Materias para compor a sala de recursos didáticos: Jogos para a alfabetização; Jogos Matemáticos; Mapas;

F) OUTROS RECURSOS NECESSARIOS.

G) REFERÊNCIAS

ANDIFES/ABRUEM/SESu/MEC Diplomação, **Retenção e Evasão nos Cursos de Graduação em Instituições de Ensino Superior Públicas**. Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras, 1996.

BARDAGI, Marucia. HUTZ, Claudio Simon. Evasão universitária e serviços de apoio ao estudante: uma breve revisão da literatura brasileira. **Psicologia Revista**, São Paulo, n. 14, vol. 2, 279-301, nov., 2005. Disponível em: [Vista do Evasão universitária e serviços de apoio ao estudante: uma breve revisão da literatura brasileira \(pucsp.br\)](#). Acesso em: 11 out. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. Disponível em <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf>. Com acesso em 30.08.2022.

BRASIL. Presidência da República. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n.º 9.394/1996**. Diário Oficial da União. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 17 fev. 2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 02/2015**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file> Acesso em: 05 out. 2022.

CASCAVEL, **Resolução nº 082** de 02 de junho de 2016. Regulamento de Estágio Supervisionado sob a forma de Prática de Ensino do curso de Pedagogia da Unioeste/ Campus Cascavel – PR.

CHAUI, Marilena. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo, Edunesp, 1998.

CHAUI, M. SANTIAGO, Homero. **Em defesa da Educação pública, gratuita e democrática**. São Paulo: Autêntica, 2018.

DAGNINO, Renato. Como é a Universidade de que o Brasil Precisa? **Avaliação**, Campinas, Unicamp, v. 20, n. 2, p. 293-333, 2015.

DIAS SOBRINHO, José. Campo e caminhos da avaliação. In: FREITAS, Luiz C. (Org.). **Avaliação**: construindo o campo e a crítica. Florianópolis: Insular, 2014, p.13-62.

DINIZ, Flávio Pereira. A Extensão Universitária como Instrumento de Política Pública. 2012. 140 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Goiás, Goiânia, 2012.

FORPROEX. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Plano Nacional de Extensão Universitária**. Coleção Extensão Universitária. 1999.

GILIOI, Renato de Sousa Porto. **Evasão em Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil: expansão da Rede, SISU e desafios.** Consultor do Legislativo da Área da Educação, Cultura e Desporto. 2016

KLEIN, Lúgia Regina. **ALFABETIZAÇÃO: quem tem medo de ensinar.** São Paulo: Cortez Editora, 1996.

LIBÂNEO, José Carlos. Panorama do ensino da Didática, das metodologias específicas e disciplinas conexas, nos cursos de Pedagogia do Estado de Goiás: repercussões na qualidade da formação profissional. In: SEMINÁRIO "O UNO E O DIVERSO NA EDUCAÇÃO", 10., 2009, Uberlândia. In: **Anais do X [...] e IV Seminário de Didática.** Uberlândia: UFU/Faced, 2009.

LIBÂNEO, José Carlos. O ensino da Didática, das metodologias específicas e dos conteúdos específicos do ensino fundamental nos currículos dos cursos de Pedagogia. **Revista Brasileira de Estudos pedagógicos.** Brasília, v. 91, n. 229, p. 562-583, set./dez. 2010.

MARX, K. e ENGELS, F. **A ideologia alemã.** Lisboa: edições avante, 1981.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital.** Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005.

MONTEIRO, Marinês da Cruz. **A evasão dos estudantes da universidade: um estudo de caso na Unioeste- campus de Cascavel.** São Leopoldo, 2019. 241 f.

ORSO, P. J. **Um espectro ronda a educação e a escola pública.** Uberlândia: 2020. Disponível em <https://56e818b2-2c0c-44d1-8359-cc162f8a5934.filesusr.com/ugd/35e7c6_c8ec52e852be49fcb703142d9061ac35.pdf>. Com acesso em 30.08.2022.

SAITO, H. T.; ZANOTTO, M.; ZOIA, E. T. O estágio supervisionado e os seus desdobramentos na formação científica, pedagógica e política do Pedagogo. In: ZANOTTO, M.; ZEN, R. T. (Orgs). **Cenários políticos e pedagógicos.** Uberlândia: Navegando Publicações, 2021.

SAVIANI, Dermeval. **A Pedagogia no Brasil.** História e teoria. São Paulo: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações.** Campinas-SP: Autores Associados, 2011.

SCHEIBE, Leda; BAZZO, Vera. De volta para o futuro...retrocessos na atual política de formação docente. **Revista Retratos da Escola.** Brasília, v. 13, n. 27, p. 669-684,



Reitoria - CNPJ 78.680.337/0001-84 - www.unioeste.br
Fone: +55 (45) 3220-3000 | Rua Universitária, 1619
Jardim Universitário | CEP 85819-110 | Cascavel/PR | Brasil



set./dez. 2019.

SILVA, Carmem Silvia Bissolli da. **Curso de Pedagogia no Brasil**: história e identidade. Campinas, SP: Autores associados, 1999.

SILVA, Mara A. & FERREIRA, Lúcia Gracia. A pedagogia como Ciência da Educação: reflexões epistemológicas e contribuições na formação docente. **Revista Educere Et Educare**, Programa de pós-graduação em Educação, Unioeste/Cascavel/PR, Vol. 16. N.38. Jan/Abr. 2021. Pp. 32-51.

SOUZA, Ana Luísa Lima. **A História da Extensão Universitária**. Campinas: Editora Alínea, 2010.

UNIOESTE. **PPP do Curso de Pedagogia**. Resolução. Cascavel: Unioeste, 2016.

VÁSQUEZ, Adolfo. Sánchez. **Filosofia da práxis**. Tradução de María Encarnación Moya. 2. ed. Buenos Aires: Consejo Latino Americano de Ciencias Sociales – CLACSO; São Paulo: Expressão Popular, Brasil, 2011.

Pedagogia Matutino

2016		2017		2018		2019	
Vest	SISU	Vest	SISU	Vest	SISU	Vest	SISU
38		42		35		44	
20	20	21	19	20	20	20	20
41		39		41		31	
31		36		36		34	
44		31		33		33	
37		32		29		28	
27		22		22		21	
154		148		145		142	
96,3%		92,5%		90,6%		88,8%	
3,8%		7,5%		9,4%		11,3%	

Podemos observar neste quadro que houve até um pequeno aumento de 2016 (3,8 %) a 2019 (11,3 %).

Pedagogia Noturno

2016		2017		2018		2019	
Vest	SISU	Vest	SISU	Vest	SISU	Vest	SISU
44		44		48		44	
19	21	19	21	20	20	20	20
40		40		40		37	
39		35		28		42	
35		39		44		30	
29		26		32		26	
25		20		17		21	
158		158		160		153	
98,8%		98,8%		100,0%		95,6%	
1,3%		1,3%		0,0%		4,4%	

No período noturno o abandono foi menor em relação período matutino, em 2016 (1,3%) e 2019 (4,4%).

Curso: Pedagogia - 40 vagas- Matutino - 4 anos - Cascavel																		
Acadêmicos matriculados																		
		2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015		2016		2017	2018		2019		2020	
		Vest	SISU	Vest	SISU	Vest	Vest	SISU	Vest	SISU	Vest	SISU						
1º ano	Geral	38	41	36	41	42	41	41		38		42	35		44		37	
	ingres.	42	38	39	40	40	22	21	19	20	20	21	20	20	20	20	14	16
		45	35	39	32	35	42	40		41		39	41		31		28	
3º ano		39	38	37	41	26	37	40		31		36	36		34		21	
4º ano		32	31	35	35	37	27	30		44		31	33		33		36	
Formados geral		33	29	32	28	25	27	25		37		32	29		28		30	
Form. Tempo mín.		27	27	26	23	22	21	19		27		22	22		21		23	
Total Matriculados		154	145	147	149	140	147	151		154		148	145		142		122	
% Ocupação vagas		96,3%	90,6%	91,9%	93,1%	87,5%	91,9%	94,4%		96,3%		92,5%	90,6%		88,8%		76,3%	
% Evasão x 160 vagas		3,8%	9%	8%	6,9%	12,5%	8,1%	5,6%		3,8%		7,5%	9,4%		11,3%		23,8%	
% ingressantes e concluintes por turma (diagonal)																		
Ocupação vagas					149	155	124	142		166		144	150		148		151	
% Ocupação vagas					93,13	96,88	77,50	88,75		103,75		90,00	93,75		92,50		94,38	
Form tempo mínimo/ingressantes					54,76%	57,9%	53,8%	47,5%		67,5%		52,4%	55,0%		52,5%		57,5%	
Form geral/ingressantes					73,68%	60,98%	75,00%	60,98%		88,10%		78,05%	70,73%		73,68%		71,43%	
Ano de ingresso tempo mínimo		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012		2013		2014	2015		2016		2017	

Curso: Pedagogia - 40 vagas noturno - 4 anos – Cascavel																			
Acadêmicos matriculados																			
		2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015		2016		2017		2018		2019		2020	
		Vest	SISU	Vest	SISU	Vest	SISU	Vest	SISU	Vest	SISU	Vest	SISU						
1º ano	Geral	43	53	44	44	42	42	37		44		44		48		44		38	
	ingres.	38	42	40	40	41	21	22	18	19	21	19		20	20	20	20	27	
2º ano		40	42	44	48	39	49	36		40		40		40		37		39	
3º ano		37	36	35	41	44	35	45		39		35		28		42		39	
4º ano		42	35	36	35	37	42	35		35		39		44		30		41	
Formados geral		34	34	25	25	27	41	34		29		26		32		26		33	
Form. Tempo mín.		26	30	19	19	20	26	23		25		20		17		21		23	
Total Matriculados		162	166	159	168	162	168	153		158		158		160		153		157	
% Ocupação vagas		101,3%	103,8%	99,4%	105,0%	101,3%	105,0%	95,6%		98,8%		98,8%		100,0%		95,6%		98,1%	
% Evasão x 160 vagas		-1,3%	-4%	1%	-5,0%	-1,3%	-5,0%	4,4%		1,3%		1,3%		0,0%		4,4%		1,9%	
% ingressantes e concluintes por turma (diagonal)																			
Ocupação vagas					150	164	174	149		170		155		159		138		163	
% Ocupação vagas					93,75	102,50	108,75	93,13		106,25		96,88		99,38		86,25		101,88	
Form tempo mínimo/ingressantes					50,00%	47,6%	65,0%	57,5%		61,0%		48,8%		42,5%		52,5%		57,5%	
Form geral/ingressantes					58,14%	50,94%	93,18%	77,27%		69,05%		61,90%		86,49%		59,09%		75,00%	
Ano de ingresso tempo mínimo		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017						